



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

Mercosul 30 Anos

Uma análise sobre iniciativas nas áreas de saúde e educação

DANIELLE SALES TEIXEIRA

Foz do Iguaçu
2022

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

Mercosul 30 Anos:

Uma análise sobre as iniciativas nas áreas da saúde e educação

DANIELLE SALES TEIXEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr Oliveira

Foz do Iguaçu
2022

SALES, DANIELLE TEIXEIRA

MERCOSUL 30 ANOS:

Uma análise sobre as iniciativas nas áreas de saúde e educação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr-Oliveira
UNILA

Prof. Dr. Bruno R. V. Sadeck Santos
(UFPEL)

Prof.a Jessica Maria Grassi
(FURG)

Foz do Iguaçu, 02 de junho de 2023.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Danielle Sales Teixeira

Curso: Relações Internacionais e Integração

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	() trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho aos meus grandes amores que migraram deste plano, Mija, Pai, Ayako Kosaka e Emerson Perussi, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram. Dedico também a minha Vó Marinalva, por seus sábios conselhos e amor incondicional, e a minha mãe Sueli por ser meu principal exemplo de força e superação

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que escreveu para mim uma linda história, que aos poucos vou aprendendo a aceitar a medida que os anos passam e percebo que sou um instrumento utilizado para que Ele realize suas obras neste plano.

Não tenho palavras para agradecer o povo brasileiro, que com muito trabalho, esforço e dedicação contribui para que possamos ter educação pública gratuita e de qualidade. Através da Educação e das Universidades Públicas, pelas quais tanto lutamos, vejo que se torna possível imaginar um novo futuro possível, de maneira que possamos construir os espaços em que estamos inseridos e desta forma contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa (menos injusta) e desigual. Sem sombra de dúvidas posso afirmar que a educação transformou a minha vida e gostaria de expressar meus sinceros desejos de que gostaria que o efeito fosse multiplicado.

Agradeço ao meu professor orientador não só pela constante orientação neste trabalho, mas sobretudo pela sua amizade construída desde 2017, onde tive a honra de contribuir com o início do projeto de extensão "Observatório da Energia e da Geopolítica dos Recursos Energéticos na América Latina". Através do projeto em que atuei como bolsista "Ciclo de debates: Geopolítica das Crises, conflitos e processos de Integração Regional" foi possível trazer a mesa as primeiras ideias para o Observatório, que atualmente conta com grande notoriedade e um rico acervo que serve como fonte de pesquisas para os discentes e a comunidade externa que possuem como objetivo investigar o tema. Devo ressaltar que as bolsas de pesquisa, monitoria, iniciação científica e extensão oferecidas pela Universidade foram fundamentais para garantir a minha permanência ao longo dos anos de minha graduação. O Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira foi uma das principais pessoas que me auxiliaram em meu desenvolvimento como acadêmica, como profissional e como ser humano auxiliou a minha permanência, confiou em mim para atuar em seus projetos de extensão e monitoria, esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis que enfrentei em minha vida e me sinto lisonjeada pelo seu aceite em orientar este trabalho e por sua presença neste encerramento de ciclo. És uma pessoa que tens minha eterna gratidão.

Agradeço a Prof Dra. Roberta Transpadini por todos os seus ensinamentos sobre Economia Política Internacional e sobre a vida, os momentos ao seu lado e ao lado de companheiros do grupo Saberes em movimento (Livia, Cecilia, Paulinho, Ana, Stelinha, Dam, Fabio San, Leo, Carlos, Olavo) foram maravilhosos! Não tenho dúvidas de que estar com pessoas tão incríveis auxiliou muito em minha evolução acadêmica e principalmente como ser humano na "realidade tal

qual ela se apresenta”.

Agradeço ao Prof. Gustavo Oliveira Vieira por sua confiança e amizade. Gustavo fala sobre ampliação de ideias, sempre trazendo um olhar para a abertura de caminhos, mostra inovação onde vemos obstáculos, um incentivador de grandes sonhos e projetos. Seu postulado de que “Aquilo que dá certo, dá muito trabalho” a cada dia se torna mais verídico.

Deixo meu agradecimento sinceros ao Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo e a Prof. Suellen Mayara Peres por todas as suas contribuições em minha jornada.

Agradeço a servidora Deise Baumgratz pela oportunidade em atuar no projeto vinculado ao Instituto Mercosul de Estudos Avançados intitulado: “Um estudo sobre o perfil institucional e as necessidades das Instituições de Ensino Superior em áreas de fronteira no Brasil”, em conjunto com a servidora Cristiane Dutra e a discente Livia Brito, onde desenvolvemos uma pesquisa de dados sobre o tema. Esta investigação foi o embrião para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço a Pró- Reitoria de Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino Americana pela oportunidade de realizar o meu sonho de vivenciar um Intercâmbio Internacional em que pude estudar por um semestre no México, na Universidad Autónoma de Tlaxcala. Agradeço a todas as famílias com quem me deparei neste incrível território. Agradeço principalmente a Família Hernandez Cruz, que me recebeu de forma tão carinhosa e afetuosa e me inseriu na cultura local de maneira que superou a todas as minhas expectativas. Casamentos, festas de 15 anos, festas pátrias... Cada momento vivido foi um sonho! Natividad, minha mãe mexicana, é um exemplo de matriarca. Agradeço a todos os meus colegas de turma, a família Cocoltzi Musito, a família Marquez, a família Menezes Salazar, a família Montiel, família Vasquez, e a família judaica, composta por várias famílias. México, pra mim é sobre isso: família! (e comidas, risos)

Falando em família, agradeço a família que construí em Foz: Olimpianos! Meus amigos que estiveram ao meu lado ao longo de toda a minha graduação, aqueles com quem compartilhei minhas angústias e que foram os protagonistas dos meus melhores sorrisos e momentos.

Josi, Thamara, Olavo, Paulinho.

Ana, Yumi, João.

Carlos, Leo.

Renan.

Me faltam palavras para traduzir todo o sentimento de gratidão a vocês, pertencer a este grupo é um presente imensurável. Meu desejo sincero é que Deus continue nos protegendo e

guiando nossos passos, de norte a sul do Brasil, e quem sabe futuramente de norte a sul do globo, dado que menciono seres brilhantes nesta lista.

Agradeço a Comunidade Peruana da Universidade Federal da Integração Latino Americana por todo acolhimento. Sou profundamente grata por todos os momentos de trocas.

Ayako Kosaca, Emerson Perussi: Madrinha e Padrinho. A vida é um sopro. Essa vitória é de vocês. Me parte o coração não tê-los ao meu lado para comemorar. Obrigada por terem acreditado em mim, por terem me apoiado, por serem seres de tanta luz.

Manoel Da fé de Jesus Teixeira, meu pai. Saiu da Bahia e veio para São Paulo ainda novo. Fez muito. Realizou seus sonhos, seus desejos. Transmitiu força. Somos parecidos. Um dia iremos nos encontrar e eu tenho um montão de coisas pra contar, como ele está me espiando lá de cima acho que na realidade ele é quem teria mais coisas para me contar. Espero que esteja orgulhoso de quem venho me tornando. Desde que se foi aconteceram muitas coisas, temos muitos jantares de comemoração pendentes e nenhum puxão de orelha (espero). Seu bom gosto me faz falta nesse momento. Como faz falta. Obrigada Pai!

Mijael Pavel Aguirre Aguirre. Tem coisas que não se explicam, não se entendem, apenas se sentem. Realizei muitas coisas nessa vida. Nada chega perto da majestosidade de ter sido escolhida por você. Agradeço por isso. Vou honrar sua história, os seus e nossos sonhos até o meu último suspiro. Obrigada por sua história, pelas memórias do seu sorriso e por seguir vivendo dentro de mim.

Marinalva, minha vó, meu bem mais precioso. Obrigada por seu amor incondicional! Obrigada por fazer de mim o que sou, por ter me ensinado exatamente quem eu devo ser. Obrigada por todo acolhimento. Obrigada pela escuta. Obrigada por ser tão maravilhosa, por ser tão bom ser sua neta. Eu não seria nada sem o seu amor.

Sueli, minha mãe, meu exemplo de força, minha motivação, meu coração. Agradeço a Deus pela oportunidade de ser sua filha e por todo o seu amor incondicional. Obrigada por ser meu melhor exemplo.

Finalizando os agradecimentos, agradeço a comédia por me proporcionar tantos momentos de alegria e memórias incríveis. Agradeço aos comediantes que constroem meus Clubes de Comédia prediletos. Rir é bem melhor do que chorar. Comédia é um estilo de vida. Entrar num Comedy Club de coração aberto é mágico! A possibilidade de sair melhor do que entrou é muito alta. Viva a Comédia nacional!

Finalizo agradecendo aos Professores desta banca, por tornar mais um sonho possível: Obter meu título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração, pela Universidade Federal da Integração Latino Americana, a Unila, Unilinha, Unilinda, a quem devo o meu principal

agradecimento.

Epígrafe

*"A educação exige os maiores cuidados, porque
influi sobre toda a vida."*
Seneca

RESUMO

Este trabalho abordará as principais correntes teóricas desenvolvidas para conceituar os processos de Integração Regional, trazendo a luz o exemplo da União Europeia, além de seus históricos, visando realizar uma análise das causas explicativas que embasam as iniciativas desenvolvidas pelo Mercosul nas áreas de saúde e educação ao longo de seus 30 anos de existência. A metodologia utilizada foi uma análise histórica qualitativa e a análise documental. Como resultados verificamos que no período analisado, ainda que houveram diversos obstáculos no processo, podemos afirmar que diversos avanços ocorreram rumo a um projeto sólido de integração regional. No que se refere à educação, foram criadas instituições responsáveis pelo desenvolvimento de diversos acordos que visam facilitar a mobilidade dos indivíduos através da revalidação de diplomas, além do incentivo à curricularização comum a fim de fomentar espaços de discentes e docentes. No que tange a saúde verificamos a existência de diversos acordos bilaterais e multilaterais para promoção do bem estar da população, principalmente em regiões de fronteira, e ações frágeis no combate da pandemia que assolou o mundo.

Palavras Chave: 1. Integração Regional; 2. Mercosul; 3. Integração Educativa; 4. Integração na área da Saúde

RESUMEN

Este trabajo abordará las principales corrientes teóricas desarrolladas para conceptualizar los procesos de Integración Regional, sacando a la luz el ejemplo de la Unión Europea, además de su historia, con el objetivo de realizar un análisis de las causas explicativas que subyacen a las iniciativas desarrolladas por el Mercosur. en las áreas de salud y educación a lo largo de sus 30 años de existencia. La metodología utilizada fue un análisis histórico cualitativo y un análisis documental. Como resultado, encontramos que en el período analizado, si bien hubo varios obstáculos en el proceso, podemos decir que se produjeron varios avances hacia un proyecto sólido de integración regional. En materia de educación, se crearon instituciones encargadas del desarrollo de diversos convenios destinados a facilitar la movilidad de las personas a través de la revalidación de títulos, además de incentivar un currículo común con el fin de propiciar espacios para estudiantes y docentes. En materia de salud, comprobamos la existencia de varios acuerdos bilaterales y multilaterales para promover el bienestar de la población, principalmente en las regiones fronterizas, y frágiles acciones en la lucha contra la pandemia que asoló al mundo.

Palabras clave: 1. Integración Regional; 2. Mercosur; 3. Integración Educativa; 4. Integración en el área de Salud

ABSTRACT

This work will address the main theoretical currents developed to conceptualize the processes of Regional Integration, bringing to light the example of the European Union, in addition to its history, aiming to carry out an analysis of the explanatory causes that underlie the initiatives developed by Mercosur in the areas of health and education throughout its 30 years of existence. The methodology used was a qualitative historical analysis and documental analysis. As a result, we found that in the analyzed period, although there were several obstacles in the process, we can say that several advances took place towards a solid project of regional integration. With regard to education, institutions were created responsible for the development of various agreements aimed at facilitating the mobility of individuals through the revalidation of diplomas, in addition to encouraging common curriculum in order to foster spaces for students and teachers. With regard to health, we verified the existence of several bilateral and multilateral agreements to promote the well-being of the population, mainly in border regions, and fragile actions in the fight against the pandemic that devastated the world.

Keywords: 1. Regional Integration; 2. Mercosur; 3. Educational Integration; 4. Integration in the Health area

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Teorias que abordam a Integração Regional	27
Figura 2 – Países Participantes da UE	30
Figura 3 – Organograma SEM	4

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)
Ato Único Europeu (AUE).
Banco Central Europeu (BCE)
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)
Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET)
Comissão de Produtos Para a Saúde (COPROSAL)

Comissão de Serviços de Atenção à Saúde (COSEARTS)
Comissão de Vigilância da Saúde (COVIGSAL)
Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)
Comissão Regionais Coordenadoras Básica (CRC-EB)
Comissão Regionais Coordenadoras Básica Superior (CRC-ES)
União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).
Comissão Regionais Coordenadoras Básica Tecnológica (CRC-ET)
Comissão Regional coordenadora da Formação Docente (CRC FD)
Comissões Coordenadoras de Área (CRCA)
Comitê Coordenador Regional (CCR)
Comitê de Gestão e Comitê Gestor do Sistema de Informação e Comunicação (CGSIC).
Comunidade do Carvão e do Aço (CECA),
Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEa ou Euratom)
Comunidade Europeia de Defesa (CED)
Coronavírus (COVID-19)
Estados Unidos da América EUA
Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR)
Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)
Fundo de Financiamento do Setor Educativo do Mercosul (FEM)
Grupo de Trabalho sobre Integração Fronteiriça (GTIF)
Grupo Mercado Comum (GMC)
Grupos Gestores de Projetos (GGP)

Organização da Nações Unidas (ONU)
Organização para Cooperação Econômica Europeia (OEEC).
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
países da Europa Central Oriental (PECOs)
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)
Reunião de Ministros da Educação (RME)
Reunião de Ministros de Saúde (RMS)
Setor Educacional do Mercosul (SEM)
Sistema de Informação e Comunicação (SIC)
Subgrupo de Trabalho 11 Saúde (SGT 11 - Saúde)
Tratado da União Europeia (TEU)
União Económica e Monetária (UEM)
União Europeia (UE)
União Europeia Ocidental (UEO)
Universidade Indígena da Bolívia (UNIBOL)

SUMÁRIO

Introdução	20
Metodologia	20
Capítulo 1 – Cooperação Internacional e Integração Regional	22
1.1 - Cooperação Internacional	23
1.2 - Integração Regional	23
1.3 Integração regional no contexto europeu	29
1.4 Integração regional no contexto sul americano	31
Capítulo 2 – Cooperação intra-mercosul na área de Educação	37
Capítulo 3 – Cooperação do Mercosul na área da Saúde	53
Conclusões Finais	65

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O objetivo desta investigação é realizar uma análise cooperação internacional presente nas ações desenvolvidas pelo Mercosul no âmbito da saúde e educação durante o período de existência do bloco, que pudessem impulsionar a elevação da qualidade dos serviços oferecidos nesta área, e assim proporcionar melhorias na qualidade de vida da população dos países membros, tendo como objetivo também de investigá-lo sobretudo neste período de pandemia em que se faz tão necessário a ampliação dos debates no que tange a saúde.

Metodologia

A metodologia utilizada para realizar esta pesquisa é ancorada na junção entre métodos quantitativos e qualitativos conjuga distintas técnicas, a saber: pesquisa documental, análise bibliográfica, análise histórica e institucional.

Para realizar a pesquisa é necessário realizar um panorama histórico dos processos de integração que ocorreram ao redor do globo para que se possam compreender suas causas, processos e consequências. A partir de então, analisar a questão da integração educativa a começar pela literatura existente e posteriormente avaliar os acordos desenvolvidos na área de educação visando dar suporte aos objetivos institucionais. Finalmente, a problemática será analisada sob a perspectiva do indivíduo que é o principal alvo desta pesquisa.

Para a investigar o panorama histórico se realizou uma análise qualitativa das obras dos principais pensadores que se debruçaram a estudar sobre os processos de integração ocorridos, devido às necessidades do tempo e do espaço em que estavam inseridos sem perder de vista a questão da conjuntura internacional vigente em cada época. Os focos estão nos processos de integração ocorridos na europa, pois serviram como base ao modelo latino americano, ainda que este tenha dentro de si suas peculiaridades. Artigos e livros, tanto físicos como virtuais servirão para embasar a análise descrita anteriormente, essas ferramentas serão encontradas em bibliotecas, sebos e sites especializados em publicações acadêmicas. Também será realizada uma análise documental dos acordos, atas de reuniões e resoluções que cimentaram os processos de integração. Tais documentos estão disponíveis nos sites oficiais do Mercosul.

A realização na análise da integração educativa ocorrerá de maneira similar, orientando-se tanto nos livros, artigos e documentos através das plataformas oficiais, que são encontradas no site do Setor educativo do Mercosul, do Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do

MERCOSUL, e do Ministério de Educação dos países envolvidos. Assim será possível realizar uma análise tanto qualitativa quanto quantitativa a respeito do tema, além das modificações ocorridas ao longo do período analisado.

A questão da revalidação de diplomas será estudada a partir da análise documental dos acordos mencionados através das plataformas online existentes.

1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E INTEGRAÇÃO REGIONAL

1. Cooperação Internacional e Integração Regional

1.1. Cooperação Internacional

A partir da abordagem realista, temos o Estado como ator central das Relações Internacionais, com interesses definidos e constantes que são divididos entre a *alta política* (temas de segurança e conflitos e política externa) e a *baixa política* (questões econômicas, sociais e etc), onde está ator considerado racional está em constante luta por poder em um ambiente anárquico e a avaliação pode ser observada a partir dos custos e benefícios para atingir um objetivo. Esta teoria não logra por si só explicar as mudanças na política mundial atual, dado que o foco está na ascensão de políticas transnacionais, a cooperação e o surgimento de novos atores no sistema internacional, entretanto podemos extrair dela o entendimento dos conflitos e disputa de poder neste cenário.

A partir da abordagem idealista, pode-se entender que a cooperação entre os Estados reduz a possibilidade de conflitos, ou seja, os processos de integração regional viriam a trazer regulamentações ao sistema e seria uma alternativa aos Estados para lidar de melhor forma com questões que dificilmente poderiam ser resolvidas de forma isolada. Através da cooperação é possível que os Estados tracem objetivos em comum baseando-se em acordos que podem ser concretizados. Outro resultado que pode ser observado, segundo Mariano e Mariano (2002) seria a "facilitação para a obtenção de consensos entre os atores sobre comportamentos aceitáveis a serem compartilhados por todos ao promover maior intercâmbio de informações, sendo este um elemento essencial na cooperação, pois ajuda na adoção descentralizada de regras e no estabelecimento de padrões de desempenho a serem supervisionados”.

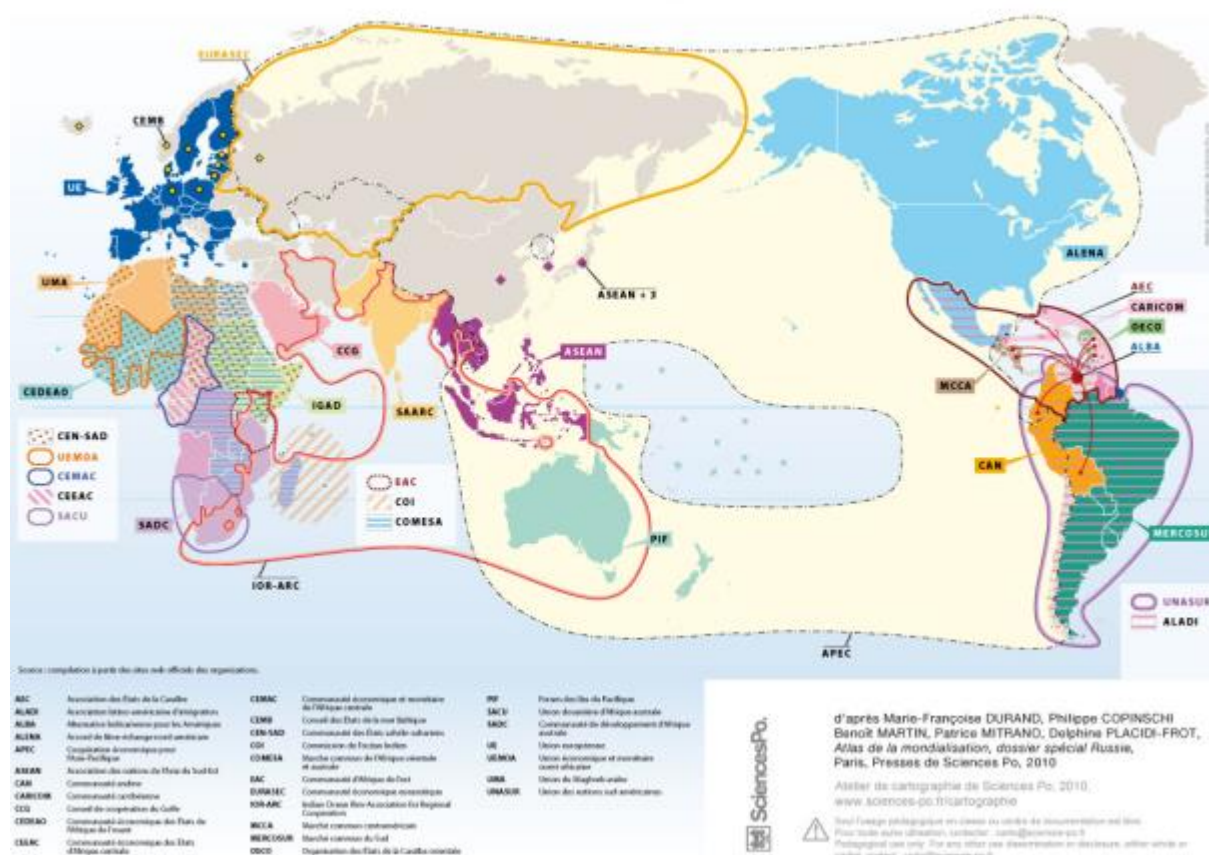
1.2. Integração Regional

Os processos de integração regional fazem parte das estratégias desenvolvidas pelos Estados e resultam em diversos desafios. Sob a luz das teorias das relações internacionais, poderíamos trazer as abordagens realista e idealista a fim de analisar tais processos.

Deve-se observar que a integração regional é mais complexa que a cooperação devido a possibilidade de novas instituições, atingindo toda uma sociedade de maneira menos reversível que

projetos pontuais de cooperação. O paradigma idealista parte do entendimento de que os atores do cenário doméstico visam influenciar a política externa do Estado diferenciando-se da tese realista em que os Estados seriam atores racionais e unitários.

Ensembles régionaux à vocation économique, septembre 2010



Os autores mencionados anteriormente analisam as teorias propostas por Nye e o Keohane e sinalizam cinco mudanças que ocorrem a partir da ascensão das relações transnacionais: 1) Mudança de atitudes em atores dentro dos Estados; 2) Promoção do pluralismo internacional através do relacionamento entre grupos de interesse nacionais em estruturas transnacionais; 3) Criação de dependência e interdependência limitando a ação do Estado nacional; 4) Criação de novos instrumentos de influência; 5) Surgimento de atores com política externa privada, o que pode provocar alguma oposição em relação às políticas dos Estados ou aos seus interesses. Tal análise não possui como finalidade negar a centralidade do Estado nas relações internacionais, ela visa trazer à luz a relevância das organizações internacionais dentre outros autores a discussão da área.

Em meio a este contexto, se desenvolvem os processos de integração regional, o conceito pode ser traduzido por: “a consecução dentro de um território de um “sentido de comunidade” e instituições e práticas suficientemente fortes e generalizadas, para assegurar por um período “longo” expectativas mútuas de mudança pacífica entre suas populações” (Deutsch, 1957) ou então “processo pelo qual atores políticos, em diferentes cenários nacionais, são persuadidos a transferir

suas lealdades, expectativas e atitudes políticas para um novo e mais largo centro (Hass, 1968).

O autor Kerr (2012) que ressalta a importância de um Estado em vertebrar e liderar processos de integração regional em meio ao cenário internacional como de forma que ampliar sua competitividade nos planos comercial, econômico, político e de segurança, e assim tem possibilidade de transformar poder potencial em poder concreto em conjunto com os seus aliados. O autor também pontua que a integração regional não deve ser entendida apenas como a formação de blocos econômicos e comerciais, ela ocorre em cinco níveis ou áreas, são elas: Integração Económica e Comercial ; Integração Político-Institucional; Integração de Segurança e Defesa; Integração Cultural e a formação de identidades comuns e Integração de Infraestrutura, como segue imagem abaixo:

FIGURA 1
Las múltiples vertientes de la geopolítica de la integración regional



Fuente: Kerr-Oliveira (2012).
Elaboración de los autores.

A capacidade de liderança de um Estado está diretamente ligada com a possibilidade de sucesso de um processo de integração regional e consequentemente, com a formação de um polo de poder no Sistema Internacional, fatores que podem ser positivos perante a alta competitividade e multipolaridade do Sistema internacional.

Existem algumas teorias que podem ser consideradas clássicas no que se refere à abordagem do tema que foram prioritariamente desenvolvidas sob os processos desenvolvidos na Europa, são elas: **o neo institucionalismo, o neofuncionalismo e o intergovernalismo.**

O **neo institucionalismo** possui como cerne a compreensão do caráter original e mutável do sistema comunitário, pois segundo os autores a arquitetura institucional de um sistema define as identidades dos indivíduos, os grupos e a sociedade, assim como o marco de atuação política . A diferenciação entre o institucionalismo e neo institucionalismo seria que este primeiro, intenciona

descrever aspectos formais do processo decisório, e o último destaca a importância das regras e tradições decisórias, além dos efeitos de sua normalização e socialização. Desta forma, torna-se possível analisar os diferentes níveis de institucionalização na arquitetura comunitária e as estratégias políticas desenvolvidas pelos atores políticos a fim de rentabilizar ao máximo os recursos disponíveis, ampliando assim o entendimento a respeito do nível de eficácia dos sistemas institucionais estatais em meio a definição e negociação dos posicionamentos defendidos em Bruxelas, da autonomia relativa as instituições comunitárias de sua influência na elaboração de políticas, e do papel do Tribunal de Justiça Europeu no fortalecimento do sistema. Alguns autores acreditam que existe um fenômeno de despolitização de decisões como consequência das formulações técnicas dos problemas políticos e o uso de regulações que tendem a mascarar efeitos políticos, de forma que, por exemplo, exista quem afirme que critérios profissionais e técnicos influenciam mais nas decisões que os próprios interesses dos Estados. As três escolas desta corrente são: o Institucionalismo da eleição natural, o Institucionalismo Histórico e o Institucionalismo Sociológico (Hall y Taylor, 1996; citado em Perrota (2013, Pág 14).

Outra teoria que surgiu para o auxílio das investigações dos processos de integração regional foi o **neofuncionalismo**, onde a integração foi estipulada por Hass (1964, Pag 71) : “significa o processo de transferência das expectativas excludentes de benefícios do Estado-nação para alguma entidade maior”. O autor identifica quatro motivações básicas para que se possa obter um processo de integração: 1) Desejo de promover a segurança numa dada região, realizando a defesa conjunta contra uma ameaça comum; 2) Promover a cooperação para obter desenvolvimento econômico e maximizar o bem-estar; 3) Interesse de uma nação mais forte em querer controlar e dirigir as políticas de seus aliados menores, por meio de persuasão, de coerção ou de ambos; 4) A vontade comum de constituir a unificação de comunidades nacionais numa entidade mais ampla.

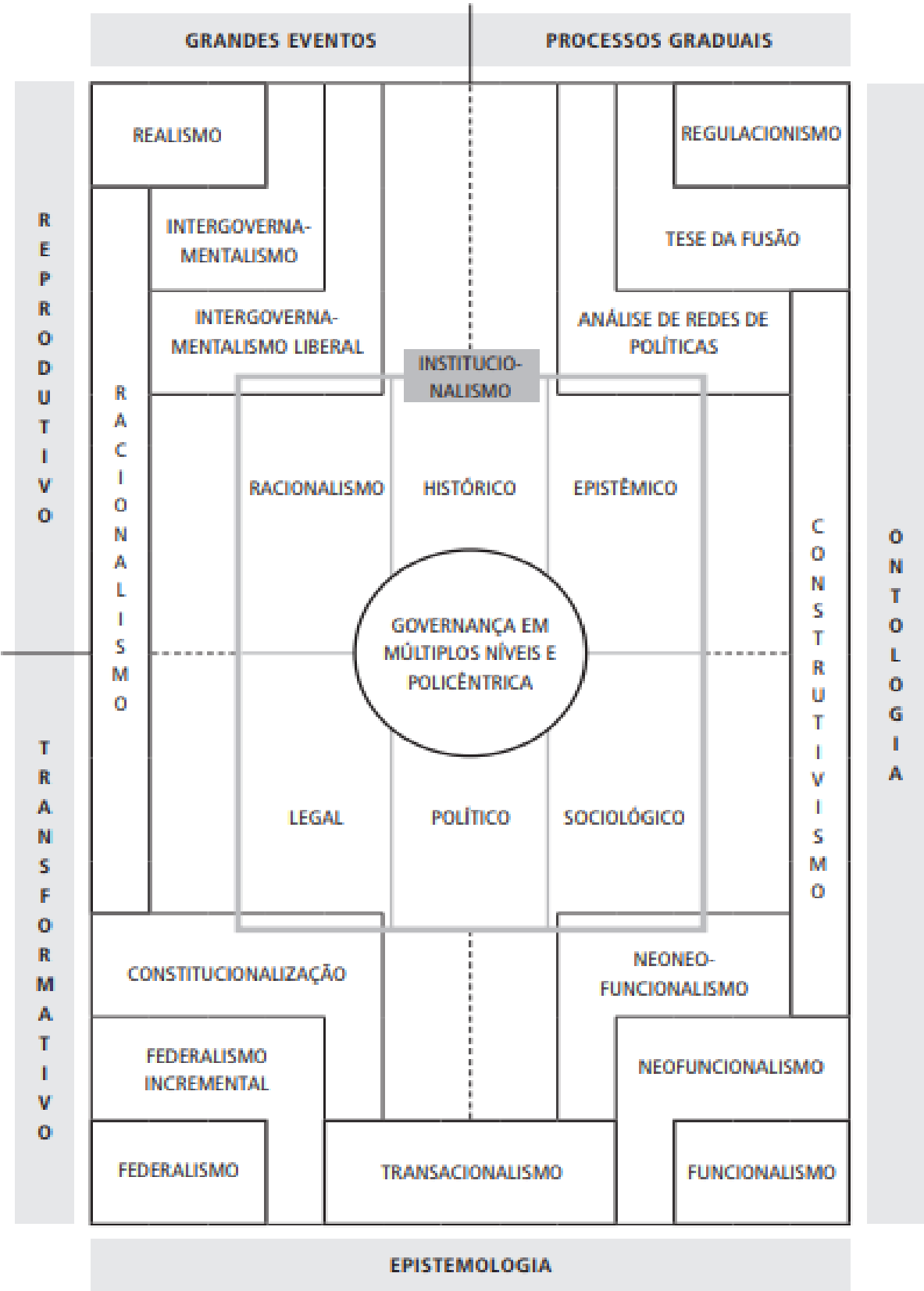
O entendimento do autor era de que os processos de integração regional podem não almejar somente a criação de instituições voltadas ao interesse do mercado, elas poderiam também objetivar a criação de uma aliança para que Estados, juntos, pudessem minimizar ameaças de um “inimigo” em comum (como era o caso da União Europeia em relação à União Soviética). A instrumentalização da União Europeia com prioridades econômicas passou a se fortalecer após o final da Guerra Fria. De acordo com esta teoria, os processos de integração regional seriam impulsionados por um núcleo central onde os governos que iniciam negociações cujas capacidades e poder fazem com que a sociedade os respeite, tais governos estariam amparados burocraticamente, gerando um efeito conhecido como *Spillover* , e assim os atores sociais se manifestaram contra ou a favor do processo integrativo os incluindo, de certa forma, ao processo

decisório, pois estes também podem obter benefícios e impulsionar ainda mais este movimento de fortalecimento de instituições supranacionais em detrimento de soberania. O autor possui o entendimento dos diversos grupos sociais e ressalta a importância do regime democrático para o processo de *Spillover*.

O **intergovernamentalismo**, onde se postula que os Estados que compõem o processo de integração são os seus principais realizadores e que a integração serve aos seus interesses e necessidades e como atores “racionais e egoístas” em meio a um cenário internacional anárquico no qual buscam sempre obter maiores ganhos, perpassa por uma lógica utilitarista no entendimento das tomadas de decisões. Este mesmo utilitarismo seria responsável pela cooperação entre os Estados, contanto que esta última não ocasione um desequilíbrio na balança de poder. Isso faria com que os Estados se desestimulassem a cooperar. Entretanto, se reconhece que cooperar seria melhor do que não cooperar por conta da possibilidade de obtenção de elementos que não poderiam ser logrados de forma isolada. O intergovernamentalismo não se trata de uma teoria específica sobre o tema de integração regional, diferente de outras correntes, como por exemplo, o neofuncionalismo apresentado anteriormente. Este modelo teórico pode ser aplicado para a análise desejada, entretanto sua principal contribuição se refere ao papel do Estado em uma cooperação multilateral que explica as influências dos interesses nacionais sobre os resultados das políticas desenvolvidas no processo. Os autores possuem o entendimento de que a integração não provoca alterações nos Estados participantes.

Segundo Mariano e Mariano (2002. Pág 63) “O intergovernamentalismo está embasado em três elementos essenciais: o comportamento racional do Estado, a formação da preferência nacional e a negociação interestatal.”

Ao longo dos anos, diversas outras correntes teóricas vieram a tratar do tema de alguma forma devido às múltiplas possibilidades de interpretações dos fatos, como a representação do quadro a seguir elaborado por Philippe C. Schmitter (2010). As teorias mencionadas anteriormente foram as que mais se destacaram no campo acadêmico.



Quadro 1 - Teorias que abordam a integração regional - Elaboração de Philippe C.SCHMITTER

1.3 Integração regional no contexto europeu

A União Europeia (UE) é composta por 28 Estados tratando-se de uma instituição com viés econômico e político, resultante da Segunda Guerra Mundial, onde se basearam na crença de que quanto mais relações econômicas obtivessem os países entre si, menores seriam as possibilidades de conflito. Com o desenvolvimento da instituição, incluem-se temas como “política externa, segurança e defesa, desenvolvimento e ajuda humanitária, passando por mudanças climáticas, meio ambiente e saúde, a relações externas e segurança, justiça e migração” (Costa, 2017, Pag. 29).

A partir do Congresso de Haia 1948 que reuniu delegados de 20 nações europeias com a finalidade de discutir sobre o potencial de cooperação entre os países, surgiu o Conselho da Europa no ano seguinte. Outras instituições surgiram sob o novo arranjo internacional desenhado pela Guerra Fria, como por exemplo a União Europeia Ocidental (UEO) e a Organização para Cooperação Econômica Europeia (OEEC). Esta última, posteriormente veio a se tornar a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Em 1952 foi firmado o acordo que deu origem à Comunidade do Carvão e do Aço (CECA), onde os participantes foram a Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda, unindo os seus mercados de carvão e aço. Posteriormente, o Tratado EURATOM foi firmado com o mesmo intuito, porém se direcionando à energia nuclear. O objetivo real destes acordos era a junção de esforços para a produção de armamentos de forma que o uso militar destes fosse impossibilitado e fosse promovido o desenvolvimento econômico da região, ansiando também por uma reconciliação entre os países.

Visando ampliar a cooperação nestes temas, houve a proposta de criação da Comunidade Europeia de Defesa (CED), porém este projeto foi rejeitado pela França. Os mesmos membros fundadores da CECA deram início à Comunidade Econômica Europeia (CEE) e à Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEa ou Euratom) após a assinatura do Tratado de Roma em 1957 com a finalidade de integrar economicamente as nações de forma gradual. A ideia era dar certa autonomia a estas instituições.

Através das políticas públicas realizadas por estas instituições foram exitosas, e um único Conselho e Comissão concentraram as atividades da CECA, CEE e Euratom. Apesar destes logros, após as oposições francesas, houve um período de estagnação da instituição, que somente ganhou um pouco mais de fôlego em 1968 com a criação de uma união aduaneira entre as nações, e posteriormente recebeu a adesão da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido no ano de 1973.

No ano seguinte, as reuniões do Conselho Europeu pautavam estratégias para a cooperação política. Também houve a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional demonstrando

a solidariedade financeira entre os atores envolvidos no processo. Em 1979 foi criada a ECU (Unidade Monetária Europeia), moeda representativa da Comunidade, com a finalidade de manter a estabilidade das moedas européias. Uma nova ampliação ocorreu em 1981 com a adesão da Grécia, e em 1985, de Espanha e Portugal, conformando um novo tratado, o Ato Único Europeu (AUE). O processo seguinte foi a padronização europeia de mercado entre as nações, substituindo as padronizações nacionais através do reconhecimento mútuo.

O Tratado da União Europeia (TEU), ou Tratado de Maastricht, foi firmado em 1992, concluindo a integração económica entre os membros. Foi adotado o Estatuto da Comunidade sobre os Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores e criaram a União Económica e Monetária (UEM), antecipando a criação de uma moeda única e a coordenação de políticas macroeconômicas. O Tratado entrou em vigor em 1993, e em 1995 foi adotado pelas nações Áustria, Finlândia e Suécia. Foi apenas em 1998 que foram iniciadas negociações tocantes a adesão de países da Europa Central Oriental (PECOs). O Euro como moeda única foi adotado por 11 nações em 1999, e a partir de então o Banco Central Europeu (BCE) se tornou responsável pela política econômica destes Estados.

O Tratado de Nice, que entrou em vigor em 2003, foi resultado de muitos debates para que fosse possível consensuar a reforma institucional do bloco com a finalidade de adequá-lo à ampliação. As discussões se centraram no peso do voto no Conselho e no tamanho da Comissão. Deve-se mencionar que as reformas realizadas foram mínimas e que somente em 2004 ocorreu a adesão de dez Estados (República Checa, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia, além de Chipre e Malta), ainda que suas instituições não estivessem essencialmente reformadas. Neste mesmo ano foi adotado o projeto da Constituição Europeia, entretanto, através de referendos, países como França e Holanda a rejeitaram originando um período de incertezas em relação ao futuro do bloco.

O Tratado de Lisboa, firmado em 2007 após o consenso entre os 27 estados membros. Isso só foi possível após o abandono das disposições federalistas e constitucionais. Está empreitada resultou em um fracasso devido ao primeiro referendo realizado na Irlanda, e somente pode ser ratificado em 2009 depois do segundo referendo realizado neste mesmo país, após obterem concessões referentes à composição da Comissão.

Na figura a seguir, pode ser analisado o mapa de membros da União Europeia por ano de adesão, e Países Candidatos e Possíveis Países Candidatos.

Assim como no caso da criação da UE, o processo para que originou a criação do Mercosul não se trata de mero espontaneísmo, e sim do resultado de uma construção histórica gradual. Souza (2002) analisa que este movimento ocorreu desde as independências em “quatro ondas”. Devemos apontar que diferentemente das nações europeias anteriormente mencionadas, nos referimos a países dependentes e subdesenvolvidos, o que afeta diretamente na forma de inserção internacional das nações, portanto se percebe uma tendência de maior avanço nos processos de integração regional em períodos de crise.

O autor define como a primeira grande onda as ideias retomadas de Francisco Miranda, pelos principais líderes da independência dos países da América Hispânica, tais como Simón Bolívar, Gaspar Rodríguez de Francia, Bernardo O’Higgins, Miguel Hidalgo, Mariano Moreno, José de San Martín, sendo Bolívar o líder do movimento. Em 1826 ele convocou o Congresso Anfictiônico do Panamá convidando as nações recém criadas da região e o Brasil, excluindo os Estados Unidos e o Haiti do processo, entretanto compareceram somente delegações do Peru, Centroamérica, México e Gran Colômbia.

Uma nova tentativa foi realizada em 1839 quando o governo peruano solicitou permissão para realizar um convite às repúblicas hispanoamericanas com a finalidade de efetuar uma aliança defensiva. Essa iniciativa foi retomada entre 1846 e 1848 quando o Peru, Chile, Bolívia, Equador e Nova Granada se reuniram em Lima realizando o Primeiro Congresso Hispano Americano e foi aprovado o Tratado de Confederação. Venezuela e Guatemala realizaram intentos similares, porém nenhuma dessas experiências prosperou. Algumas causas podem ser apontadas, como a disputa entre as oligarquias, as distâncias regionais e até mesmo a disputa de influência na região, empreitada pelos Estados Unidos e a Inglaterra.

No que se refere aos EUA, deve-se mencionar sua influência principalmente na região da América do Norte e Central onde intervenções militares foram realizadas com essa finalidade. Já na América do Sul, as estratégias utilizadas foram as tentativas de acordos comerciais, entretanto além das propostas contrariarem alguns interesses nacionais, a Inglaterra exercia forte influência em países como Argentina, Brasil e Chile. A origem do expansionismo americano pode ser descrita pela necessidade de mercados e matérias primas devido a sua expansão industrial, cenário que após 1870 se tornaria mais agressivo devido a formação de monopólios e junção dos setores industriais e bancários, alavancando as exportações de capitais, tornando-se imprescindível a expansão de seus domínios a territórios como a América e Ásia. Esse cenário foi embrionário para a divisão internacional do trabalho, na qual a Inglaterra, devido a revolução industrial, produziria e exportaria bens manufaturados de maior valor agregado e às nações mais frágeis caberia a produção e exportação de produtos primários. Esses eventos constituem o que alguns estudiosos denominam

como ‘imperialismo’. Neste momento histórico não foi possível o aprofundamento da integração regional entre os países da América Latina.

A segunda “onda” descrita pelo autor ocorreu no período da grande crise (1914-1945) ao final da década de 60, possuindo como motor a industrialização dos países da região, sobretudo Argentina, Brasil e México, devido ao período da Grande Recessão.

As consequências foram a substituição das importações, de forma que as elites buscavam fortalecer a independência econômica, e a diversificação econômica. Cenário propício para a ampliação do comércio entre os países da região, aumentando o interesse na integração regional. Sendo assim, em 1941 na Conferência da Bacia do Prata, Brasil e Argentina firmaram vários acordos para uma integração comercial com a finalidade de formar uma área de livre comércio, intencionando a criação de uma união alfandegária entre a Argentina, o Brasil, e os vizinhos: Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile. Nota-se que tal proposição atenuaria as rivalidades históricas entre Brasil e Argentina.

Em 1948 ocorreu a criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) pela Organização da Nações Unidas (ONU) visando estudar e propor soluções aos problemas da região através da formulação de um pensamento econômico latino americano, onde os principais expoentes foram os estudiosos Celso Furtado, brasileiro, e Raul Prebisch, argentino. Um importante feito desta organização seria a criação do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano que instituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, integrada por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Nota-se que se tratavam de construção de caminhos alternativos em meio ao contexto internacional da Guerra Fria, em que havia uma forte pressão de alinhamento com potências disputantes, EUA e URSS.

Um novo movimento em direção à integração regional foi realizado em 1952 através do Pacto A.B.C , através de um proposta realizada pelo presidente argentino Juan Domingues Perón ao governantes do Brasil e Chile, entretanto este não vingou e podem ser apontadas como causas a decaída o suicídio de do presidente brasileiro Getúlio Vargas em 1954 e a derrocada do governo peronista argentino em 1955. Outro fator, seriam as elites conservadoras destas nações, que foram contrárias ao projeto integracionista. O periodo foi marcado pelo desejo dos EUA de adentrar a cada vez mais nas economias latinoamericanas, para isso, utilizaram ferramentas como a propaganda anticomunista, e desta forma os Acordos da ALALC se quer saíram do papel.

A terceira onda de integração ocorrida entre 1960 e 1970 corresponde ao período de declínio após os grandes avanços decorridos do pós guerra . A primeira iniciativa partiu dos países andinos através da assinatura da Declaração de Bogotá, tendo Chile, Venezuela, Peru e Equador como participantes de um acordo sub-regional, e a partir este histórico em 1969 foi assinado o tratado de

Cartagena que originou o Pacto Andino, que ganhou a adesão da Venezuela em 1973 e foi abandonado pelo Chile. O objetivo das nações era construir uma união aduaneira no período de 10 anos, funcionando como uma região de livre comércio e elevar-se a uma região de planejamento conjunto de setores econômicos e desenvolvimento tecnológico, com restrição a capitais estrangeiros.

No caso do Brasil, o general Ernesto Geisel implementou o II Plano Nacional de Desenvolvimento buscando combater o subdesenvolvimento e reduzir a dependência externa. Neste mesmo período houve um movimento semelhante no México, governado por Luís Echevarria.

Desta forma, em 1980 o Tratado de Montevideu transformou a ALALC na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Pode-se considerar a aproximação entre Argentina e Brasil um dos principais motores da integração da América do Sul, esse acercamento ocorreu devido ao apoio brasileiro na Guerra das Malvinas, conflito de disputa deste território entre Argentina e Reino Unido. E assim, em 1986 José Sarney e Raul Alfonsín firmaram a Ata de Integração Brasil e Argentina e em 1988, houve o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina, que tinha como objetivo criar “um espaço econômico comum, mediante a remoção gradual, em dez anos, de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários à circulação de bens e serviços, bem como harmonizar e coordenar suas políticas aduaneira, monetária, fiscal, cambial, agrícola e industrial” (PINTO, 2008: 131).

Os eventos mencionados foram a base para a criação do Mercosul, que foi consolidado pelo Tratado de Assunção em 1991 tendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai como participantes, em que o principal objetivo seria a criação de um mercado comum, passando pelas etapas de uma área de Livre comércio e posteriormente uma União Aduaneira

Esse debate é vasto e profundo, e como os outros que venho trazer de maneira condensada, almejando esboçar um desenho do desenvolvimento histórico do debate teórico realizado com a finalidade de abordar os fenômenos de cooperação internacional, e desta forma alcançar capacidade de análise das iniciativas do Mercosul.

Em meio a todos esses debates, Vizentini (2007) aponta que o Mercosul surge na década de 90, após o período da Guerra Fria, como uma alternativa ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) proposto pelos Estados Unidos com a intencionalidade de florescer um bloco de livre comércio entre todos os países da região, entretanto os países Latino Americanos optaram pela realização de um bloco sem a presença estadunidense. Sob esses moldes nasceu o Mercosul, que possuía como objetivo principal a proteção de seu mercado em detrimento da competição internacional ocasionada pela globalização. No Artigo 1º do Tratado de Assunção está descrita a

intencionalidade de efetuar a coordenação de acordos de benefícios tarifários e o compromisso em fortalecer a integração regional.

Em uma visão mais ampla, a cooperação internacional no Mercosul torna-se necessária a medida que promove de modo coordenado o desenvolvimento científico e tecnológico dos países partes e aumenta a diversificação e a oferta de bens e serviços com padrões comuns de qualidade, segundo normas internacionais e desta forma, a troca de expertise entre os Países Partes do Mercosul além de favorecer um desenvolvimento técnico-científico conjunto, contribui para a padronização e harmonização de normas técnicas e procedimentos, fatores esses que vêm facilitar tanto o comércio quanto a livre circulação de bens, pessoas e serviços dentro do bloco, promovendo, assim, a real integração socioeconômica, como registra a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) .

2. COOPERAÇÃO INTRA-MERCOSUL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

2. Cooperação intra-Mercosul na área de Educação

O presente de caso aborda a experiência de Cooperação Sul-sul do Mercosul, com especial recorte em suas políticas para a educação. O Mercosul é um bloco econômico fundado em 1991 visando dinamizar a economia regional, movimentando entre si mercadorias, pessoas, força de trabalho e capitais. Na atualidade, o bloco é uma união aduaneira com cinco membros plenos e cinco membros associados.

A contrapartida educativa é parte da segunda geração de direitos humanos. Sob essa perspectiva, se faz necessário pensar políticas públicas de universalização da educação, que necessariamente implicam em criação de novas tecnologias e em transformação das instituições com vistas à democratização e cidadania. Sob a ótica do desenvolvimento, essa agenda é importante por diversos motivos: se pode observar a importância da alfabetização para o desenvolvimento humano, a importância de capacitar profissionais, e ainda, na produção de ciência e tecnologia, essenciais para romper a condição de dependência econômica dos países do sul com relação aos países do norte global. Por esses motivos, a democratização da educação é um tema de especial relevância para a América Latina. Nesse sentido, o Mercosul reconheceu a educação como estratégica para o desenvolvimento da integração econômica e cultural do bloco, e formou desde 1991 o Setor Educacional do Mercosul, um espaço de coordenação das políticas educacionais que reúne países membros e associados ao MERCOSUL.

O Setor Educacional do Mercosul tem trabalhado especialmente na ampliação do Ensino Superior, da pesquisa, da mobilidade acadêmica, cooperação institucional e de projetos educacionais voltados para a integração latino-americana. No dia 26 de março de 2021 celebramos os 30 anos da criação do Mercosul, data que pode ser considerada um importante marco e se torna possível realizar uma reflexão sobre a trajetória dos processos políticos e institucionais que ocorreram desde então, além de celebrar a união desta grande pátria. Deve-se frisar o processo de integração regional não se trata de uma simples tarefa, que não se finaliza em si, e se trata de uma ferramenta para alcançar objetivos através do poder político, tendo em seu cerne o propósito de garantir direitos aos cidadãos, portanto é totalmente compreensível que nesta jornada as mudanças ocorram de forma lenta e gradual, a medida em que se encontram consensos entre os membros.

No tocante a integração educativa no bloco, percebemos que o tema é presente na agenda social desde o início, e os avanços ocorreram sob diferentes momentos, ciclos e conjunturas em

conjunto com processo integrativo regional, agendas de políticas domésticas e tendências globais para a educação.

Consideram-se pontos chaves no debate do tema questões como a visão da educação como direito, em oposição ao movimento de mercantilização da mesma e também a questão da autonomia em contraste a dependência, e segundo essas questões constroem-se as políticas públicas regionais.

O Setor Educativo do Mercosul (SEM) foi criado em dezembro de 1991 (MERCOSUR/CMC/DEC. N° 7/91), após negociações entre os Ministros da Educação dos Estados Partes após a assinatura do Tratado de Assunção, onde o tratamento do tema era necessário a medida que se pode compreender que a livre circulação de pessoas acarretaria na necessidade de reconhecimento de títulos em todos os níveis e todas as modalidades além do carecimento de formação de uma identidade de comunidade regional, para a construção de cidadania que legitime o processo de integração.

Possui como visão: “Ser um espaço regional onde se prevê e garante uma educação com equidade e qualidade, caracterizada pelo conhecimento recíproco, a interculturalidade, o respeito à diversidade e à cooperação solidária, com valores compartilhados que contribuem para a melhoria e democratização dos sistemas educacionais da região e oferecer condições favoráveis para a paz, por meio do desenvolvimento social, econômico e humano sustentável” e sua missão é : “Formar um espaço educacional comum, por meio da coordenação de políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis, em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito à diversidade cultural dos povos da região.”

O SEM possui quatro áreas de trabalho: Educação básica, Educação técnica, educação superior e formação docente. Essas áreas se desenvolvem a partir de planos de trabalho plurianuais, sendo a Reunião de Ministros da Educação (RME) a autoridade máxima. Este órgão é responsável pela tomada de decisões e estabelecimento de estratégias para o alcance dos objetivos. Recebe assessoria do Comitê Coordenador Regional (CCR), composto por funcionários políticos e técnicos, que articulam as áreas de trabalho e elaboram programas e projetos para as ações de integração e cooperação.

Por se tratar de uma agenda intergovernamental, um dos desafios do setor consiste na incorporação de canais de participação de atores sociais, como os fóruns com a sociedade civil mercosulina, onde gradualmente, em conjunto com movimentos sociais e sindicais se constroem

bases populares para ações políticas e sociais do setor. Essas bases são fundamentais para que se possa pensar a possibilidade de currículos comuns, obrigatoriedade do bilinguismo dentre outras propostas que podem se sobrepor a questões de resolução de problemáticas internas, principalmente quando se trata de definição de orçamento.

Além do Setor Educacional, no âmbito do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), também se pode apontar políticas enfocadas na educação. O FOCEM é um mecanismo de financiamento de programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social.¹ Um dos elementos constitutivos do FOCEM que o situa como valioso programa de cooperação sul-sul se expressa nos índices de contribuição dos recursos: Brasil com 70%, Argentina com 27%, Uruguai com 2% e Paraguai com 1%. As principais beneficiárias desses recursos são as duas economias menores do MERCOSUL: Paraguai com 48% e o Uruguai com 32% do total², compreendendo uma maior demanda por desenvolvimento desses Estados e com vistas a reduzir as assimetrias entre os Estados do bloco.

Como obra do FOCEM para a educação, temos a Biblioteca da UNILA (Dec. CMC N°02/09), que beneficia diretamente estudantes de 23 países da América Latina e Caribe através de espaço condicionado e bibliografia acadêmica atualizada para os diversos cursos gratuitos ali ofertados.

Em suma, se identifica que a educação é um tema importante na agenda de desenvolvimento e que deve ser levado em conta para a formulação de projetos de cooperação sul-sul. As iniciativas regionais de cooperação sul-sul voltadas para a educação, realizadas no âmbito do Mercosul ou entre seus países aqui mencionados são valoráveis, devem ser modelo mundial e devem ser ampliadas. Nesse sentido, se pôde identificar que democratizar a educação superior demanda interculturalização da educação superior.

2.1 Agenda do Setor Educacional Mercosul

Os Planos de Ação do Setor Educacional do Mercosul são elaborados a partir das sugestões dos diversos órgãos que compõem o Mercosul Educacional, como comissões da área e grupos de trabalho, que realizam fóruns e seminários com a finalidade de intercâmbio de percepções dos diversos atores. Se tratam de: “um conjunto de diretrizes estratégicas, princípios orientadores e resultados esperados, que orientam as diferentes intervenções do SEM na concepção de políticas educacionais regionais.”

Desde 1992, foram elaborados 7 Planos de Ação.

¹ Decisão CMC 19/04, art. 1.

² Dados fornecidos pela página web brasileira do Mercosul:

<http://www.mercosul.gov.br/fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-mercossul-focem> - consultado em 04/04/2019

O plano de 1992-1994 estabeleceu 3 Programas³: 1) Formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração, com a finalidade de promover o conhecimento do impacto da integração e difundir esta informação nos diferentes níveis do sistema educativo e implementar o ensino do Espanhol e do Português em instituições dos diferentes níveis e modalidades do sistema educativo. 2) Capacitação de recursos humanos para contribuir ao desenvolvimento, visando promover estratégias de desenvolvimento educativo para o ensino básico e médio, para a formação técnico-profissional e de alto nível. 3) Compatibilização e harmonização dos sistemas educativos, tendo como objetivo a proposição de mecanismos jurídicos, administrativos e acadêmicos que possibilitem a compatibilização dos sistemas educativos e o estabelecimento de um sistema de informação em rede que possibilite conhecer os dados educativos relevantes dos Estados Partes. Este plano foi prorrogado até o ano de 1998⁴.

O plano de 1998-2000⁵ foi elaborado a partir do entendimento de duas áreas, vistas como prioritárias: 1) Desenvolvimento da identidade regional, por meio do estímulo ao conhecimento mútuo e a uma cultura de integração. 2) Promoção de políticas regionais de capacitação de recursos humanos e melhoria da qualidade da educação. Como estratégias de ação foram estabelecidos a Relação e coordenação do Setor Educacional com outras instâncias do Mercosul; Vinculação das atividades do Setor Educacional do MERCOSUL com os planos nacionais de educação e os processos de reforma e renovação educacionais que se implementam nos Estados Partes; Fomento da cooperação horizontal entre os países e instituições da região e com outros blocos regionais; Ações que favoreçam a mobilidade de estudantes, acadêmicos e pesquisadores e o intercâmbio de experiências e práticas laborais.

Sob a luz das áreas prioritárias e estratégias mencionadas, foram convencionadas algumas linhas programáticas que se traduziram nas seguintes metas:

- 1) Compatibilização de aspectos curriculares e metodológicos a partir de uma perspectiva regional possuindo como pilares: o desenvolvimento de uma metodologia de estudo das disciplinas de história e geografia sob a ótica de uma perspectiva regional, difusão de literatura e arte e estudo de língua dos idiomas oficiais do Mercosul no ensino médio.
- 2) Intercâmbio de alunos, docentes e pesquisadores, com atenção as diferentes modalidades de ensino; elaboração de um sistema de créditos acadêmicos, para favorecimento de mobilidade de

³ Mercosul/CMC/Dec n°07/92

⁴ Mercosul/CMC/Dec n°25/97

⁵ Mercosul/CMC/Dec n°13/98

estudantes de graduação e pós graduação; Promover a realização de cem estágios de técnicos, dirigentes e docentes, no âmbito técnico-pedagógico.

3) Informação e comunicação: Ter consolidado um Sistema de Informação e Comunicação, capaz de fornecer dados e informações quantitativas e qualitativas para apoiar os Ministros, o Comitê Coordenador Regional, as Comissões Técnicas Regionais e os Grupos de Trabalho na gestão de programas e ações do setor educacional do Mercosul, bem como de promover espaços de comunicação e discussão para os diversos atores dos sistemas educacionais da região; Criar espaços permanentes, nos âmbitos nacional e regional, dedicados à reflexão, discussão e divulgação das ações do setor educacional do Mercosul, com a participação de diversos atores e representantes de instituições educacionais.

4) Avaliação e credenciamento: Definir indicadores básicos de qualidade comuns em todos os níveis e modalidades de ensino na região; Compatibilizar três perfis técnico profissionais , formulados por competência, no âmbito da educação tecnológica; Ter constituída, em todos os Estados Partes, a Agência Credenciadora Nacional, que avaliará, credenciar e acompanhará cursos/programas de graduação, no quadro do Memorando de Entendimento sobre a Implementação de um Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para o Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do MERCOSUL Ter concluído o processo de credenciamento, em caráter experimental, de três cursos selecionados, nos moldes do Memorando de Entendimento, pelo menos em dois dos países signatários; Encaminhar, com vista à implementação em cada Estado Parte e associado, a organização de uma comissão oficial de avaliação, credenciamento e acompanhamento de cursos/programas de pós-graduação, adotando princípios comuns para estas comissões no que se refere a critérios e procedimentos.

5) Formação de recursos humanos: Definir as três áreas de cooperação científica e tecnológica prioritárias para o desenvolvimento socioeconômico da região e ter identificadas as instituições de pesquisa e de ensino superior aptas a participar desta cooperação; Consolidar uma rede de instituições educacionais na região para o intercâmbio de informações, transferência de tecnologia e capacitação e atualização permanente de dirigentes, docentes e alunos da educação técnico-profissional; Implementar dois programas conjuntos de cooperação em formação de recursos humanos em nível superior, nas áreas de Políticas Públicas e Vinculação Universidade-Sector Produtivo; Ter estruturado um curso a distância, cujo conteúdo seja tema de interesse regional, a ser veiculado no Sistema de Informação e Comunicação do MERCOSUL Educacional.

A alteração mais significativa no Plano de Ação 2001-2005⁶ se trata da aprovação da “Estrutura orgânica do Setor Educacional do MERCOSUL”, constituída pela Reunião de Ministros da Educação (RME), Comitê Coordenador Regional (CCR), Comissões Coordenadoras de Área (CRCA), Grupos Gestores de Projetos (GGP) e Sistema de Informação e Comunicação (SIC).

A Comissões Regionais Coordenadoras de área são três: Básica (CRC-EB) , Tecnológica (CRC-ET) e Superior (CRC-ES), cujas principais atribuições são a planificação e implementação das linhas de ações, a proposição á CCR da convocatória a instâncias específicas temporais para a elaboração de projetos a análise e avaliação o projetos e a realização do seguimento da gestão e execução de projetos.

Foram estabelecidas metas para cada uma das comissões, sendo elas:

Educação basica: A construção de uma rede e instituições que permitam o intercambio de experiências e a criação de um banco de informações sobre a educação inclusiva; a implementação de um curso de capacitação regional para professores de história e geografia; a implementação de um programa de intercambio para docentes; a instrumentação de um programa de bolsas para docentes; a consolidação do ensino do idioma oficial estrangeiro em todos os países; a consolidação de um sistema de acreditação e mobilidade de professores das linguas oficiais (português e espanhol) entre os países do Mercosul; Geração de mecanismos de difusão de conhecimento produzidos nos diferentes países; o desenvolvimento de seminários bianuais sobre ensino de história e geografia, integrando ocentes de outras áreas e de lingua e cultura; a produção de material didatico e experiências exitosas de todos os países; a garantia da mobilidade estudantil da região e alcançar um acordo com está finalidade com o Convênio Andrés Bello; o funcionamento de uma rede para intercambio institucional e a genesis de políticas educativas direcionadas a reverter o fracasso escolar, a nível regional e a conformação de uma rede de intercambio de estratégias de gestão, esperências educativas, docentes e recursos didáticos que atendam ao fracasso escolar.

Educação tecnológica: A harmonização de perfis profissionais em seis áreas entre os anos e 2001 a 2005; contar com docentes atualizados técnico-pedagogicamente em relação aos perfis harmonizados disposição de experiências inovadoras de capacitação, qualificação e profissionalização na área de formação profissional de adultos orientadas à empregabilidade conforme a demanda de cada país, entre os anos de 2001 a 2005; ter consolidados processos de difusão e expansão de experiências exitosas que vinculam escolas e setor produtivo; contar com indicadores de qualidade que tomem em conta os perfis harmonizados, a atualização tecnológica, a

⁶ Mercosul/CMC/Dec n°15/01

vinculação com o setor produtivo, a mobilidade da força de trabalho e a inserção de egressos ao mundo laboral e materiais didáticos, informações e experiências produzidas e intercambiadas entre os anos de 2001 a 2005.

Educação superior: Ter em funcionamento o Mecanismo Experimental de Acreditação para as carreiras de Agronomia, Engenharia e Medicina; A ampliação deste mecanismo ampliado a outras carreiras; a aprovação de um Acordo de Acreditação de carreiras de graduação; a implementação de um programa de capacitação de pares avaliadores; a aprovação de um acordo de mobilidade; Ter em funcionamento um programa de mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e administradores; a eliminação das restrições legais que dificultam a implementação do Programa de Mobilidade; a implementação de um Programa de pós graduação em Políticas Públicas; a operação de um banco de dados de Programa de Pós Graduação na região; a consolidação dos programas de Pós Graduação na região no marco do Protocolo de Integração Educativa para a formação e Recursos Humanos a nível de Pós Graduação entre os países membros de Mercosul; a coordenação com a Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do Mercosul (RECyT) de desenvolvimento de atividades de interesse comum; a implementação de ações conjuntas para a área de formação docente com a Comissão Regional Coordenadora de Educação básica e a aprovação de um Acordo de Reconhecimento de títulos para o prosseguimento de estudos nos países do Mercosul.

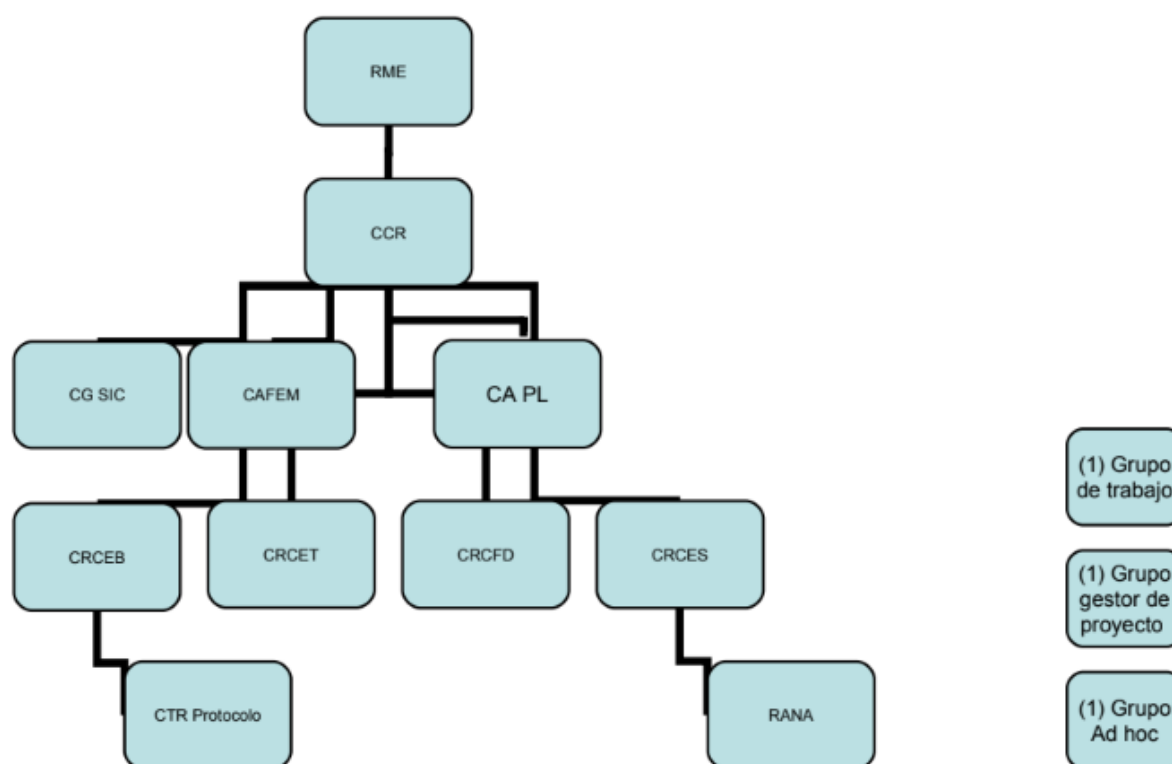
O Plano de ação 2006-2010⁷ passou a adotar cinco objetivos estratégicos, que seriam: 1) A contribuição a integração regional acordando e executando políticas educativas que promovam a cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente; 2) A promoção a educação de qualidade para todos como um fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo; 3) A promoção a cooperação solidária e ao intercâmbio para a melhora dos sistemas educativos; 4) O fortalecimento de programas de mobilidade de estudantes, docentes, investigadores, gestores e profissionais; 5) Harmonização de políticas que articulem a educação com o processo de integração do Mercosul. Esperam-se diversos resultados a partir de cada um desses objetivos.

Foram definidos como princípios orientadores para tal a confiança, consenso e respeito, solidariedade e cooperação. As características que propiciam as condições para que os objetivos se tornem viáveis são o impacto, a difusão e visibilidade, a gradualidade, e o diálogo e interação.

O Plano de Ação 2011-2015⁸ foi desenhado em um cenário conjuntural após a crise de 2008, sob os impactos que esse acontecido surtiu nas esferas internacional e domésticas, de forma em que houve um favorecimento para as negociações multilaterais e um incremento de investimento estrangeiro nos países latino americanos, ressaltando a importância de instituições como o Mercosul e União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Com a finalidade de dar maior amplitude ao tema da educação, foram criadas novas instituições para a composição do SEM.

Segue o organograma referente a este período:



Fonte: Mercosul/CMC/Dec nº18/04

Foram institucionalizados Grupos de Trabalho para a criação de uma nova Comissão Regional Coordenadora para a área de Formação Docente. Além disso, ocorreu a formação do Fundo de Financiamento do Setor Educativo do Mercosul (FEM), o primeiro fundo para beneficiar as iniciativas do Setor, que até então aconteciam de maneira pontual utilizando recursos dos Ministérios de Educação dos países membros e Organizações Internacionais.

⁸ Mercosul/CMC/Dec nº18/04

Comissão Regional coordenadora da Formação Docente (CRC FD): Com a identificação da dificuldade em tratar deste tema no âmbito do SEM, a comissão foi criada com a finalidade de dedicar-se a esta questão essencial dentro do processo de integração educativa.

Para tornar viável os objetivos e metas traçadas de maneira dinâmica e flexível, se consideram três funções principais: Políticas (objetivos e estratégias); Técnicas (Áreas e linhas de ação) e de Execução (Elaboração e execução de projetos).

O Eixo Político representa-se pela Reunião de Ministros da Educação (RME) e Comitê Coordenador Regional (CCR); o Eixo Técnico representa-se pelas Comissões Regionais Coordenadoras de Área (CRCA) e Comitê Assessor do FEM; o Eixo de Execução é representado pelos Grupos de Trabalho (GT), Grupo Gestor de Projetos (GGP), Comissão Ad Hoc, Comitê de Gestão e Comitê Gestor do Sistema de Informação e Comunicação (CGSIC).

O Plano de Ação 2016-2020⁹ dá prosseguimento aos planos anteriores sem nenhuma grande mudança.

O Plano de Ação 2021-2025, o mais recente e ainda vigente, se desenvolve sob os efeitos da pandemia de Covid 19 que impactou econômica e socialmente todos os países do globo, onde se aprofundaram as desigualdades e a vulnerabilidade da população. No âmbito da educação, houve a mudança das atividades presenciais para atividades virtuais e a distância, de forma que enfrentaram-se desafios inéditos e a iniciativa adotada pelo SEM foi o intercâmbio de experiências entre os Estados Parte, como um mecanismo de cooperação .

Este Plano de Ação apresenta como objetivo estratégico a extensão e aprofundamento das instâncias de cooperação Norte-Sul e Triangular para alcançar os objetivos da Agenda 2030, especialmente o 4: Educação de Qualidade. Desta forma, impulsionarão e fortalecerão espaços de cooperação regional, solidária e coletiva com outras regiões do globo, com a finalidade de compartilhar conhecimento, gerar inovações, intercambiar experiências que contribuam com a resolução dos desafios para alcance de uma educação inclusiva e de qualidade.

O Plano reforça os eixos do setor: Geração e difusão de conhecimento; mobilidade para a integração regional, qualidade e equidade, inclusão e participação social e articulação institucional.

As prioridades de cada um desses eixos seriam:

1) Geração e difusão de conhecimento: Intercâmbio de experiências socioeducativas a partir da pandemia; Marco regional de qualificação profissional de competências para a vinculação de

⁹ Mercosul/CMC/Dec n°21/17

sistemas educativos com o mundo do trabalho; harmonizar termos de referência; Geração de instâncias de formação Difusão das investigações, publicações e de conhecimento através de oficinas/ seminários/ documentos/ materiais.

2) Mobilidade e difusão do conhecimento: Criação de instituições de educação básica, técnicas e de formação docente em zonas de fronteira e/ou especialidade técnica; Redes de Instituições formadoras de docentes; Sistema integrado de mobilidade do Mercosul; Mecanismo de reconhecimento/ homologação de estudos de Educação Básica, Técnica e Superior.

3) Qualidade e Equidade: Consolidação e expansão do Sistema ARCU-SUL a outros países; Desenvolvimento de estratégias de apoio para a implementação de política pública de educação na primeira infância na região; Desenvolvimento de indicadores regionais para o Marco de Ação Educação 2030; Integração das tecnologias educativas e desenvolvimento da virtualidade; Reflexão sobre os processos de continuidade pedagógica durante a pandemia.

4) Inclusão e participação social: Institucionalização e consolidação de Programas regionais: Parlamento Juvenil do Mercosul, Caminhos do Mercosul; Escolas interculturais de fronteira e Dia do Mercosul; Desenvolvimento de oportunidades de inclusão e participação para atenção das necessidades socioeducativas.

5) Articulação Institucional: Articulação de ações com outras instâncias do Mercosul, espaços regionais e internacionais em temáticas comuns; Favorecer o acesso a visibilidade e a difusão das atividades do SEM; Identificação/ Gestão de fontes de financiamento para os projetos e programas do SEM.

Os alinhamentos estratégicos também demonstram a evolução das ações referente a integração educativa no bloco, sendo eles: Ampliar a utilização das tecnologias da informação e comunicação e a virtualidade na consolidação do processo de integração regional; Geração de meios de verificação das atividades através de indicadores; Dar visibilidade as atividades e ações do SEM; Promover ações para a consolidação de uma consciência cidadã favorável ao processo de integração regional; Fomentar programas que proporcionem o fortalecimento das zonas de fronteiras e a construção de uma identidade regional; Garantir a promoção e difusão dos idiomas oficiais do Mercosul; Promover a cooperação solidária e o intercambio, para a melhora dos sistemas educativos; Estimular investigações que permitam um melhor conhecimento da realidade educativa da região; Promover o intercambio de conhecimentos e transferencia de tecnologias a partir das forças e complementaridades existentes; Impulsionar linhas de ação que tendem a vinculação entre a educação e o trabalho; Promocionar e incentivar novas iniciativas para mobilidade dos distintos atores dos sistemas educativos na região; Fomentar iniciativas de intercâmbio de docentes e estudantes de centros de educação alternativa e não formais; Dar visibilidade e difundir os

resultados e benefícios da integração educativa; Garantir o seguimento, vigência e aplicação dos acordos alcançados e Promover uma formação específica para a integração.

Essas informações foram obtidas através da análise de todos os Planos de Ação estabelecidos pelo bloco. Na seção seguinte analisaremos as ações que se tornaram acordos e protocolos entre os países.

3.2 Acordos Mercosulinos para integração educativa

O **Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico** manifesta em seu artigo primeiro que: “Os Estados Partes reconhecerão os estudos de educação fundamental e média não técnica e validarão os certificados que os comprovem, expedidos pelas instituições oficialmente reconhecidas em cada um dos Estados Partes, nas mesmas condições estabelecidas pelo país de origem para alunos ou ex-alunos das referidas instituições.”

O objetivo do acordo é beneficiar os cidadãos que pretendem dar continuidade aos seus estudos em algum dos Estados Partes, respeitando a tabela de equivalências. Ele prevê que estudos incompletos podem ser beneficiados, e que será criada uma Comissão Regional Técnica que ira se reunir mediante a necessidade dos Estados Partes. Os Estados Parte se comprometem a notificar quaisquer mudanças em seus sistemas educativos. Está também prevista a atuação diplomática para qualquer resolução de controvérsias.

Esse acordo possui como finalidade o prosseguimento de estudos nos Estados parte, segundo a tabela de equivalências, harmonizando os mecanismos administrativos para facilitar a adaptação dos estudantes no país receptor. Este acordo foi firmado entre os países membros do Mercosul.

O **Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico entre os Estados Parte do Mercosul, a República da Bolívia e República do Chile** seguem as mesmas diretrizes do acordo firmado entre os Estados Membros do Mercosul, porém este se estende os membros associados ao bloco.

O **Protocolo de Integração Educacional, Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e de Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico** prevê em seu artigo primeiro que : “Os Estados Partes reconhecerão os estudos de Nível Médio Técnico e revalidarão os Diplomas, Certificados e Títulos expedidos pelas instituições educacionais oficialmente

reconhecidas por cada um dos Estados Partes, nas mesmas condições estabelecidas pelo país de origem para os alunos ou egressos das referidas instituições.”

Esse acordo possui como finalidade o prosseguimento de estudos incompletos no ensino técnico ou ingresso no mesmo após concluir o ensino básico nos Estados parte segundo a tabela de equivalências. Através da harmonização dos mecanismos administrativos pretende-se facilitar a adaptação dos estudantes no país receptor e assegurar o conhecimento das leis e normas vigentes para o exercício profissional em cada país. Este acordo foi firmado entre os países membros do Mercosul. A Comissão Técnica Regional de Educação Tecnológica e Formação Profissional se encarrega de fazer ajustes, alterações e atualizações à medida que os Estados Parte considerarem necessário.

O Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul foi assinado pelo Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai em seu artigo primeiro, define que: “Os Estados Partes, por meio de seus organismos competentes, reconhecerão, unicamente para a realização de estudos de pós-graduação acadêmica, os títulos universitários expedidos pelas Instituições de Ensino Superior reconhecidas.”, sendo passíveis de validação cursos de duração mínima de 4 anos ou 2.700 horas cursadas. Através dele, entende-se que os processos para ingresso e cursos de pós-graduação será o mesmo para estudantes nacionais ou estrangeiros. O acordo prevê a validação de títulos somente para fins acadêmicos, e não para fins profissionais e que a autoridade competente poderá requerer a documentação para comprovação de pré-requisitos para ingresso, devidamente reconhecida pela autoridade educacional e consular.

Cabe aos países notificar aos demais quais seriam as instituições competentes para reconhecimento de diplomas em seu território, de forma que os beneficiados pelo acordo poderão optar por esta via, ou por alguma outra via de acordo bilateral da forma que seja mais vantajosa para os mesmos. Está previsto a utilização por vias diplomáticas ou de ação de controvérsia caso alguma instituição venha falhar com o cumprimento do acordo.

O Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países Membros do Mercosul estabelece que “Os Estados Partes, por meio de seus organismos competentes, admitirão, unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina e no Uruguai, os títulos de graduação e de pós-graduação reconhecidos e credenciados nos Estados Partes, segundo procedimentos e critérios a serem estabelecidos para a implementação deste Protocolo.”

O acordo prevê durações mínimas dos cursos de graduação e pós-graduação realizados nos Estados e que os estrangeiros se submeterão aos mesmos critérios que os nacionais a fim de exercer atividades acadêmicas, devendo apresentar toda documentação exigida pelas instituições.

O Memorando de entendimento sobre a implementação de um mecanismo experimental de credenciamento de cursos para o reconhecimento de títulos de graduação universitária nos países do Mercosul envolveu os Estados parte e associados ao Bloco (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile) apresentou princípios gerais, critérios para determinação dos cursos, procedimentos para credenciamento e alcances e implicações do credenciamento.

O Acordo sobre criação e implementação de um sistema de acreditação de carreiras universitárias para o reconhecimento regional da qualidade acadêmica das respectivas titulações no Mercosul e Estados associados (ARCU-SUL), foi firmado pela Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile. O acordo surge com base na experiência do Mecanismo Experimental de Acreditação (MEXA), aplicada aos cursos de engenharia, agronomia e medicina. Em novembro de 2006, avaliaram a experiência positivamente como um elemento para a melhoria da qualidade dos cursos de educação superior, e conseqüentemente para o avanço da integração regional.

A acreditação se trata do resultado do processo de avaliação mediante o qual se certifica a qualidade acadêmica das carreiras de graduação, estabelecendo que se satisfaça o perfil do egresso aos critérios regionais de qualidade previamente acordados.

O sistema denominado Arcu-Sul se gestionará no âmbito do Mercosul Educacional, o processo será coordenado pela Rede e Agências Nacionais de Acreditação e aprovação da CRC ES, respeitando a autonomia de cada um dos Estados Parte e das Instituições Universitárias. Neste acordo, foram privilegiadas carreiras que requerem a graduação para o exercício profissional e gradualmente virá a incorporar novas carreiras.

Referente às Agências Nacionais de Acreditação, estas devem possuir os segundos pré-requisitos: 1) Ser uma instituição de Direito Público reconhecida de conformidade com as disposições legais e constitucionais vigentes em seu país de origem. 2) Ser dirigida por um órgão colegiado. 3) Dar autonomia e imparcialidade, estar integrada por membros e profissionais idôneos e contar com procedimentos adequados às boas práticas internacionais.

O Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Países Membros do Mercosul, na República da Bolívia e na República do Chile foi assinado pelos Estados Parte do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) em conjunto com Estados Membros do Bloco (Bolívia e Chile) e desta forma “Os Estados Partes, por meio de seus organismos competentes, admitirão, unicamente para o exercício de atividades de docência e pesquisa nas instituições de ensino superior no Brasil e no Chile, nas universidades e institutos superiores no Paraguai, nas instituições universitárias na Argentina, no Uruguai e na Bolívia, os títulos de graduação e de pós-graduação reconhecidos e credenciados nos Estados Partes, segundo procedimentos e critérios a serem estabelecidos para a implementação deste Protocolo.”

O Setor Educacional do Mercosul também conta com alguns projetos em andamento, sendo eles: Escolas interculturais de Fronteira; Permanência e Conclusão no Ensino Secundário/Médio; Formação de professores em Cidadania Regional; Treinamento em criatividade, inovação e prototipagem do Mercosul: Hackathon MERCOSUL.

Outras políticas valorosas dos países membros e associados ao Mercosul nesse sentido destacadas por Miranda (2014) são: criação de nove universidades em regiões populares na Argentina no governo Kirchner; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) iniciada em 2003 no Brasil; a expansão dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) nesse país e as políticas de bolsa permanência segundo critério socioeconômico da Universidad de Córdoba, na Argentina.

Neste processo de democratização do ensino superior no bloco, destacam-se iniciativas de políticas de inclusão de povos indígenas e afrodescendentes na educação, visto que o acesso ao ensino superior havia sido sistematicamente negado a esses povos em toda a região. Nesse sentido, se destacam as seguintes iniciativas: a formação docente para as etnias Wichi e Mocovi no instituto CIFMA chaco, na Argentina; a proposta de descolonização e interculturalidade da educação superior da Universidade Indígena da Bolívia (UNIBOL); a “etnoeducação” e a política de inclusão para povos indígenas e afrodescendentes na educação superior da Colômbia.

Os processos de integração desenvolvidos na América do Sul no que tange a revalidação de títulos universitários e modelos de integração educativa surgem no período da década de 90. No caso do Mercosul temos um esforço em realizar a integração educacional quando é criado o Sistema

Educacional Mercosul (SEM), e partir de então surgiram acordos visando à revalidação de títulos universitários, entretanto não há uma tentativa de uniformização das universidades, e existem diversas assimetrias em diferentes aspectos entre os países que compõem o bloco, além de que a educação tende a priorizar o desenvolvimento de soluções para os problemas locais ao invés de focar-se na competitividade.

Este panorama se reflete na questão da revalidação de diplomas, em que a soberania dos países e suas normativas internas em determinadas situações se contrapõem as tratativas estabelecidas por acordos internacionais, como no caso do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Acadêmicos para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL.

Miranda (2014) destaca a Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA), como fruto desse espaço comum de educação superior do Mercosul, já que foi projetada nele. A universidade se situa geograficamente entre três países membros do bloco, conta com amplo quadro de professores e estudantes internacionais e possui a missão institucional “(...) de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (Mercosul)” (UNILA, 2019).

3. COOPERAÇÃO DO MERCOSUL NA ÁREA DA SAÚDE

3. COOPERAÇÃO DO MERCOSUL NA ÁREA DA SAÚDE

DESDE OS ANOS 90, A QUESTÃO SOCIAL GANHOU CENTRALIDADE NA AGENDA DO MERCOSUL, AS DISCUSSÕES SOBRE O TEMA OCORRERAM TANTO NA ESFERA INSTITUCIONAL, COMO NA ESFERA ACADÊMICA. ENTRETANTO, NO TRATADO DE ASSUNÇÃO FIRMADO EM 1991, QUE DEU COMPETÊNCIA JURÍDICA AO BLOCO, NÃO HAVIA PREVISTO DENTRO DOS 10 SUBGRUPOS DE TRABALHO MENCIONADOS ALGUM QUE ESTIVESSE VINCULADO A AÇÕES PRÁTICAS EM TEMAS SOCIAIS. POSTERIORMENTE, ENTRE O PERÍODO DE 1992 E 1999, O TEMA DA SAÚDE NO MERCOSUL PASSOU A SER ABORDADO DENTRO DE DOIS ORGANISMOS: A REUNIÃO DE MINISTROS DE SAÚDE (RMS), CRIADA EM 1995 VINCULADA AO CONSELHO DO MERCADO COMUM, E FOI CRIADO O SUBGRUPO DE TRABALHO 11 SAÚDE (SGT 11 SAÚDE) EM 1996, VINCULADO AO GRUPO DO MERCADO COMUM (GMC). AMBOS, FORAM OS PRIMEIROS MARCOS REGULATÓRIOS SOBRE O TEMA DENTRO DO BLOCO DE MODO A PROPORCIONAR UMA ABERTURA A OUTROS TEMAS.

O SUBGRUPO DE TRABALHO 11 - SAÚDE, FOI CRIADO EM 1996 TENDO COMO PAUTA NEGOCIADORA “HARMONIZAR AS LEGISLAÇÕES DOS ESTADOS PARTES REFERENTES AOS BENS, SERVIÇOS, MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS DA ÁREA DA SAÚDE, OS CRITÉRIOS PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E CONTROLE SANITÁRIO COM A FINALIDADE DE PROMOVER E PROTEGER A SAÚDE E A VIDA DAS PESSOAS E ELIMINAR OS OBSTÁCULOS AO COMÉRCIO REGIONAL, CONTRIBUINDO DESSA MANEIRA AO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO”. NA PAUTA NEGOCIADORA DO SGT 11 SAÚDE SÃO MENCIONADAS AS SEGUINTE ÁREAS DE TRABALHO: PRODUTOS PARA A SAÚDE; VIGILÂNCIA EM SAÚDE; E SERVIÇOS DE ATENÇÃO A SAÚDE; DEVENDO ESSAS ÁREAS SEREM DE RESPONSABILIDADE DAS SEGUINTE COMISSÕES: COMISSÃO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE. (COPROSAL); COMISSÃO DE VIGILÂNCIA DA SAÚDE (COVIGSAL); E COMISSÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO À SAÚDE (COSERATS), SENDO ESTAS COMISSÕES DOTADAS DE ÁREAS DE TRABALHO ESPECÍFICAS. NOTA-SE QUE, EMBORA A SAÚDE SEJA UM DOS TEMAS QUE TENDE A RECEBER UMA ABORDAGEM SOCIAL SUBJETIVA, AS PREOCUPAÇÕES DESSAS NEGOCIAÇÕES GIRAVAM EM TORNO DE UM ARRANJO DE NORMAS PARA SIMPLIFICAR AS TROCAS COMERCIAIS E LABORAIS ENTRE OS MEMBROS DO BLOCO, COMO SE FOSSEM ELEMENTOS DE UMA AGENDA MULTISETORIAL DENTRO DESSA QUESTÃO.

Antes da criação do SGT 11, o SGT 3 Regulamentos Técnicos e Avaliação de Conformidade possuía como objetivo a livre circulação de bens, como alimentos, produtos para a saúde, indústria automotora, metrologia, avaliação de conformidade e segurança de produtos elétricos (MERCOSUL, 1997). A comercialização de produtos farmacêuticos, hemoderivados, sangue, cosméticos e saneantes veio à tona e então tornou-se necessário introduzir o tema da saúde nas discussões, tendo esse enfoque inicial focado nas transações comerciais.

O SGT 11 saúde foi criado com a finalidade de harmonizar as legislações de saúde dos Estados Partes, tendo como atribuição ser um organismo técnico com caráter deliberativo. Objetiva-se com esse grupo de trabalho a facilitação e a regulamentação no que tange a saúde e aspectos referentes à produtos de saúde, vigilância em saúde e serviços de saúde e contribuição com o processo de integração mediante a promoção e proteção da saúde e a vida das pessoas e, a eliminação de obstáculos ao comércio regional e à atenção integral e de qualidade (MERCOSUL, 2005b), e assim ampliar o debate para além da esfera comercial.

O SGT 11 é composto por dirigentes, especialistas e técnicos representantes dos Ministérios da Saúde e órgãos vinculados dos Estados Parte (Brasil, 2006e; Coordenadores

Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, 2006). As discussões ocorrem e então são formuladas as pautas negociadoras. As novas pautas levam em consideração o avanço alcançado com as pautas anteriores, e a elevação da questão da integração dentro do Mercosul, e então a partir dessas considerações desenvolvem-se as novas pautas.

O processo de regulamentação das resoluções do STG 11 se dá em três processos: harmonização, internalização e implementação. Na harmonização se estruturam os consensos estabelecidos gradualmente, na internalização busca-se a vinculação com práticas internas dos Países membros, e por fim a implementação é a parte final do processo de internalização. Todos os momentos têm prazos definidos e devem observar normas internacionais, regionais, sub-regionais e nacionais (MERCOSUL, 1996e).

A RMS foi criada pelo Conselho do Mercado Comum, e consta no Artigo 1º da decisão que “Criar a Reunião de Ministros da Saúde, a qual terá como função propor a este Conselho medidas orientadas à coordenação de políticas na área da saúde para o MERCOSUL”.¹⁰

Nos anos 2000 é celebrada a Declaração sociolaboral do Mercosul, na qual os países membros passam a adotar alguns princípios e direitos na área do trabalho trazendo em perspectiva diversas esferas sociais. Referenciando-se ao tema da saúde, o artigo 17º expressa que “Todo trabalhador tem o direito de exercer suas atividades em um ambiente de trabalho sadio e seguro, que preserve sua saúde física e mental e estimule seu desenvolvimento e desempenho profissional”, em que “os Estados Partes comprometem-se a formular, aplicar e atualizar em forma permanente e em cooperação com as organizações de empregadores e de trabalhadores, políticas e programas em matéria de saúde e segurança dos trabalhadores e do meio ambiente de trabalho, a fim de prevenir os acidentes de trabalho e as enfermidades profissionais, promovendo condições ambientais propícias para o desenvolvimento das atividades dos trabalhadores”.

Como iniciativa para a ampliação da cidadania social, foi criado o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) – Decisão CMC nº 67/10¹¹, tendo como finalidade a conformação de um Estatuto de cidadania para o Mercosul. Esse documento, aprovado em 2011, consta de nove eixos fundamentais e vinte e seis diretrizes estratégicas, formalizados em projetos sociais regionais que seriam desenvolvidos a partir de 2012. Os eixos se referem a: I. Erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais; II. Garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero; III; Universalizar a Saúde Pública; IV. Universalizar a educação e erradicar o analfabetismo; V. Valorizar e promover a diversidade cultural; VI. Garantir a

¹⁰

https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/25847_DEC_003-1995_PT_Reuni%C3%A3o%20Ministro%20Sa%C3%BAde_At%C3%A1%201995.doc, acesso em 01/10/2020

¹¹ <https://www.mercosur.int/pt-br/acesso-a-dados-do-mercossul-social/>, acessado 01/10/2020.

inclusão produtiva; VII. Assegurar o acesso ao trabalho decente e aos direitos previdenciários; VIII. Promover a Sustentabilidade Ambiental; e IX. Assegurar o Diálogo Social.

Em 2010 conformou-se O Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania¹², aprovado pela Decisão CMC Nº 64/10, durante a Presidência Pro Tempore Brasileira de 2010. O Plano de Ação estrutura-se em torno de três objetivos gerais: (i) implementação de política de livre circulação de pessoas na região; (ii) igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL; e (iii) igualdade de condições para acesso ao trabalho, à saúde e à educação.

Draibe (2007) avalia que as políticas sociais estão em estágio inicial de desenvolvimento dentro do Mercosul, e nota-se que o eixos de saúde e educação são estratégicos para o fortalecimento do processo de integração. Ao imaginar uma dimensão maior, em que haveria uma cidadania social comunitária, é que percebemos o quão de possibilidades existem ainda inexploradas dentro do bloco, ou ainda, sem ir tão longe, apenas comparando os avanços na questão econômica e comercial, podemos verificar que o temas sociais caminham de maneira muito mais lenta. Não se deve desprezar as questões internas e externas que fazem que o aprimoramento da inte(g)ração desses temas seja mais dificultoso, seria necessário não somente a vontade política dos governantes, mas também coordenação no projeto de desenvolvimento macroeconômico dos países, observando-se que uma medida como esta faz com que os Estados renunciem sua autonomia, em detrimento de algo que poderia ser, por exemplo, uma instituição supranacional dentro do Mercosul, tendo como tarefa a discussão dos pontos necessários para o avanço da integração regional no bloco, e buscar os meios institucionais para torná-las viáveis através de políticas públicas.

3.1. INICIATIVAS MERCOSULINAS NA REGIÃO DE FRONTEIRA

A região de fronteira é um território peculiar em comparação às outras localidades devido a diferenciação nas dinâmicas locais, em que há maior circulação de bens, pessoas e serviços, além das diferenças culturais e históricas entre os Estados Nação. Trata-se de um espaço particular em comparação à nação como um todo, sem desvincular-se desta,

Situa-se como um local onde se manifestam situações de dubiedade, diferença versus integração, nas quais, além de contrastes de língua e de cultura, há coexistência cotidiana de sistemas políticos, monetários, de segurança e de proteção social distintos. Esse fato gera tensões, conflitos e evidenciam contradições entre as realidades local, regional e do conjunto de instituições, normas e políticas (GUIMARÃES; GIOVANELLA, 2005).

¹² <http://www.mercosul.gov.br/index.php/o-mercossul-na-vida-do-cidadao/estatuto-da-cidadania>, acessado em 01/10/2020.

A linha de fronteira do MERCOSUL é composta pelas cidades pertencentes a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Aponta-se que nesta fronteira se encontram 69 municípios brasileiros, 29 pertencem ao Estado do Rio Grande do Sul (RS), sendo 18 Municípios de fronteira com a Argentina e 11 Municípios de fronteira com o Uruguai; 10 Municípios pertencem ao Estado de Santa Catarina (SC) fazendo fronteira com a Argentina; 19 Municípios pertencem ao Estado do Paraná (PR), sendo 8 de fronteira com a Argentina e 11 com o Paraguai; e, 11 Municípios pertencem ao Estado do Mato Grosso do Sul (MS) fazendo fronteira com o Paraguai (Guimarães e Giovanella, 2005).

No que se refere à questão da saúde, torna-se frequente que os cidadãos de um país tenham acesso ao sistema de saúde em outro, sendo assim, o tema se torna relevante a construção da integração regional por conta da demanda local. Além do mais, existe a questão do trânsito de mercadorias, controles sanitários e de epidemias em que as regiões de fronteira se tornam foco de análise.

Se mencionará os dispositivos jurídicos-administrativos sobre a proteção social em fronteiras, e posteriormente, através das tabelas, as tratativas do Mercosul já firmadas no que diz respeito à questão da saúde entre os Estados membros, multilateral e bilateralmente. Foi firmado o Acordo sobre Trânsito Vicinal Fronteiriço entre os Estados Partes do MERCOSUL¹³, firmado no âmbito da Reunião de Ministros do Interior (RMI) - MERCOSUL/RMI/ACORDO Nº 17/99, e do Conselho do Mercado Comum (CMC) – MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 18/99, que praticamente supera a perspectiva de trânsito de bens e serviços, e sinaliza, claramente, a preocupação com o espaço fronteiriço entre os países.

Posteriormente, foi criado o Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR)¹⁴, em 2004, contribuiu para a visibilidade da área fronteiriça. Em sua primeira reunião, foi proposto a instalação de um Grupo de Trabalho para apresentar as demandas dos prefeitos, governadores e autoridades locais e regionais das cidades fronteiriças do bloco. Instituiu-se, assim, o Grupo de Trabalho sobre Integração Fronteiriça (GTIF), em 2007. As justificativas para a criação foram em torno à distância das cidades de fronteira das capitais, ao reduzido desempenho econômico dessas cidades e região e o trânsito intenso de migração. O objetivo da criação do GTIF foi o de incorporar o tema “fronteira” na

¹³ Informação encontrada na publicação “Cidadania Social no Mercosul - Acesso a serviços sociais em regiões de fronteira, cidadania em fronteira, parte 2, página 31.

¹⁴ Informação encontrada na publicação “Cidadania Social no Mercosul - Acesso a serviços sociais em regiões de fronteira, cidadania em fronteira, parte 2, página 31.

agenda do MERCOSUL, além de dinamizar os acordos multilaterais e bilaterais e estimular novas formas de cooperação transfronteiriça.

Posteriormente, em 2015, o Grupo Mercado Comum (GMC) formaliza a criação do Subgrupo de Trabalho 18 - Integração Fronteira¹⁵, reconhecendo as particularidades destes espaços e a importância do objeto a diversas instâncias do bloco e políticas regionais. O SGT 18 é coordenado pelos Ministérios de Relações Exteriores dos Estados partes e tem como responsabilidade a análise, discussão e articulação em torno a saúde, educação, trabalho, migração, transporte, infraestrutura, desenvolvimento urbano, desenvolvimento econômico, povos indígenas, cooperação, integração produtiva e outras voltadas a impulsionar a integração entre comunidades de fronteira.

Data	Documento	Identificação
2016	Resolución 18/16	Requisitos de Buenas Prácticas para la Organización y Funcionamiento de los Bancos de Leche Humana y Centros de Recolección de Leche Humana
2015	Resolución 01/15	Requisitos de Buenas Prácticas para el Funcionamiento de los Servicios de Salud
2015	Resolución 02/15	Requisitos de Buenas Prácticas para Organización y Funcionamiento de Servicios de Urgencia y Emergencia (Derogación de la Res. GMC N° 12/07)
2015	Resolución 03/15	Requisitos de Buenas Prácticas en Procedimientos para Organización y Funcionamiento de los Servicios de Trasplante de Órganos
2015	Resolución 04/15	Plan Regional de Salud y Seguridad de los Trabajadores en el MERCOSUR
2015	Resolución 29/15	Requisitos de Buenas Prácticas para Organización y Funcionamiento de los Servicios de Terapia Intensiva Adultos, Pediátrica y Neonatal (Derogación de la Res. GMC N° 28/04)
2013	Resolución 07/13	Recomendaciones para la Salud de los Viajeros (Derogación de la Res.

¹⁵ Informação encontrada na publicação “Cidadania Social no Mercosul - Acesso a serviços sociais em regiões de fronteira, cidadania em fronteira, parte 2, página 31.

		GMC N° 23/08)
2012	Resolución 08/12	Lista de Especialidades Médicas Comunes en el MERCOSUR (Derogación de la Res. GMC N° 73/00)
2011	Resolución 09/11	Prohibición de la Comercialización de la Leche Humana en los Estados Partes
2010	Resolución 01/10	Protección de la Salud y la Seguridad de Consumidores y Usuarios - Aspectos Operativos

Fonte: Cidadania social no Mercosul. Acesso a serviços sociais em região de fronteira. Cidadania em fronteira parte 2

No histórico de iniciativas e acordos do Mercosul no tema da saúde, podemos apresentar também protocolos firmados bilateralmente focados na cidadania social de fronteiras. São eles,

Brasil e Argentina:

Data	Documento	Identificação
13/01/2016	Lei / Promulgação de acordo	Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005
18/11/2009	Ajuste complementar	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Programa de Controle da Dengue”
21/02/2008	Ajuste complementar	Ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica para implementação do projeto “apoio técnico à implementação de um banco de leite humano na Argentina
30/05/2005	Protocolo	Protocolo para o estabelecimento de um grupo de alto nível para a implementação da livre circulação de pessoas entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina
22/08/2005	Protocolo	Protocolo de intenções sobre cooperação na área da saúde sobre medicamentos
10/11/1997	Acordo	Acordo para a criação da comissão

		de cooperação e desenvolvimento fronteiriço entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina
--	--	--

Fonte: Cidadania social no Mercosul. Acesso a serviços sociais em região de fronteira. Cidadania em fronteira parte 2

Brasil e Paraguai:

Data	Documento	Identificação
11/06/2015	Memorando de entendimento	Memorando de Entendimento
15/03/2013	Acordo	Acordo de Cooperação em Saúde Fronteiriça
24/05/2010	Ajuste complementar	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde Pública e Bem-Estar Social da República do Paraguai"
15/10/2008	Ajuste complementar	Ajuste complementar ao acordo de cooperação para a implementação do projeto "capacitação em análise sócio demográfica, distribuição espacial da população e meio ambiente e saúde reprodutiva no Paragua
21/05/2007	Ajuste complementar	Ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica para implementação do projeto "fortalecimento da vigilância em Saúde, com ênfase no combate à dengue e na implementação do regulamento sanitário internacional"
23/11/2006	Ajuste complementar	Ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica implementação do projeto "fortalecimento institucional das assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Paraguai
30/10/2003	Ajuste complementar	Ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica para implementação do projeto Assistência e tratamento a pessoas vivendo com HIV/AIDS no Paraguai
21/06/1992	Ajuste sobre cooperação	Ajuste sobre Cooperação e Intercâmbio de Tecnologia de Saúde complementar ao Acordo Sanitário.

16/07/1971	Acordo	Acordo sanitário entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai
------------	--------	---

Fonte: Cidadania social no Mercosul. Acesso a serviços sociais em região de fronteira. Cidadania em fronteira parte 2.

Brasil e Uruguai:

Data	Documento	Identificação
16/12/2017	Memorando de entendimento	Memorando de Entendimento (firmado em Foz do Iguaçu)
30/05/2011	Memorando de entendimento	Memorando de Entendimento na Área da Saúde
30/05/2011	Ajuste complementar	Ajuste Complementar - Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional Integrado de Saúde do Uruguai com Ênfase em Localidades com menos de cinco mil habitantes”.
30/05/2011	Ajuste complementar	Ajuste Complementar - Projeto “Consolidação da capacidade Institucional do Ministério de Saúde do Uruguai e Ampliação do Diálogo Regulatório entre as Autoridades Sanitárias de Brasil e Uruguai”.
13/12/2010	Ajuste complementar	Ajuste complementar - “Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Uruguai”
25/09/2009	Ajuste complementar	Ajuste Complementar - Projeto “Fortalecimento das Políticas de Enfrentamento à Epidemia de DST/AIDS no Uruguai”.
25/05/2009	Ajuste complementar	Ajuste Complementar - Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do Uruguai”
28/11/2008	Ajuste complementar	Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para Prestação de Serviços de Saúde.
22/11/2006	Ajuste complementar	Ajuste Complementar - “Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Uruguai”.

22/11/2006	Ajuste complementar	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto” Fortalecimento Institucional das Assessorias Internacionais dos Ministérios da Saúde do Brasil e do Uruguai”.
14/06/2004	Acordo	Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, de 21 ago. 2002.
31/07/2003	Ajuste complementar	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica para Saúde na Fronteira.
18/06/2003	Memorando de entendimento	Memorando de Entendimento no Âmbito da Troca de Experiência em Transplantes de Órgãos e Tecidos
1980	Acordo	Acordo Sanitário (Epidemiologia em Zonas de Fronteira e Desenvolvimento de Programas de Imunizações)
10/05/1969	Acordo	Acordo para a Melhoria das Condições Sanitárias na Região da Fronteira Brasileiro-Uruguiaia
13/02/1928	Convênio	Convênio Relativo à Luta Contra as Enfermidades Venereosifilíticas na Fronteira Comum aos dois Países.

Fonte: Cidadania social no Mercosul. Acesso a serviços sociais em região de fronteira. Cidadania em fronteira parte 2.

Argentina e Paraguai:

Data	Documento	Identificação
04/12/2013	Acordo	Acuerdo para el Programa Operativo Conjunto de Salud en las Fronteras
2010	Acordo	Acordo para normatização de transporte e atenção integral de pacientes de nacionalidade paraguaia em hospitais de Posadas
2008	Acordo	Acordo estabelecendo quatro eixos trabalho entre os territórios: “Vigilancia Epidemiológica, Atención Primaria de la Salud, Capacitación de Profesionales en

		áreas de Alta Complejidad y Acciones vinculadas con Violencia y Trata de Personas”
07/02/2002	Acordo	Acuerdo para el Programa Operativo Conjunto de Salud en las Fronteras
18/06/1997	Plano	Plan ARPA-SALUD
28/11/1995	Protocolo Adicional	Protocolo Adicional - Enfermedades Transmisibles
30/10/1992	Convênio	Convenio de Salud Fronteriza
12/04/1978	Convênio	Convenio Sanitario

Fonte: Cidadania social no Mercosul. Acesso a serviços sociais em região de fronteira. Cidadania em fronteira parte 2.

Nota-se que existem muitos acordos que foram firmados, entretanto alguns carecem e implementação (FAGUNDES, NOGUEIRA, KREUTZ, 2018), sendo mais um desafio para a cidadania social dos residentes dos municípios de fronteiras, de modo que a discussão muitas vezes se restringe ao campo normativo, (e esse ainda possui outros desafios incorporados), e os cidadãos permanecem sem ter as suas necessidades satisfeitas. Sendo assim, a responsabilidade de gerenciamento do tema fica cada vez mais concentrada nos atores locais, fazendo com que seja necessário a coordenação entre estes na busca de soluções às demandas.

3.2 INICIATIVAS MERCOSULINAS NO COMBATE AO COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O coronavírus, segundo informações do Ministério da Saúde do Brasil se trata de uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida de pessoa a pessoa.

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos

casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Essa doença chegou ao continente latinoamericano e agora faremos uma breve análise da resposta do Mercosul a essa enfermidade.

Considerando que a enfermidade não respeita fronteiras, inicialmente, em uma reunião ocorrida no dia 17 do mês de março de 2020¹⁶, os quatro países do MERCOSUL acordaram a livre circulação de cargas, mercadorias e insumos, bem como a adoção de medidas econômicas e acessos a empréstimos com organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), e enfatizaram a necessidade de coordenação de medidas sanitárias a nível regional, os pontos da discussão trataram dos temas de contas públicas conjuntas, o fomento ao comércio e a economia, uma pronta recuperação econômica e o controle de fronteiras.

Neste mesmo mês, no dia 19 de março de 2020, os mandatários coincidiram na necessidade de continuar com o livre trânsito de bens e serviços para manter a economia regional¹⁷, neste evento também foi manifestada a preocupação em repatriar os cidadãos de Estados membros, sejam os que se encontrassem em território de países membros, como em países do norte da América do Sul, ou da América do Norte, ou em outros continentes. Apontou-se também a necessidade de não restrição a do transporte de bens e serviços. Também foi mencionada nessa reunião a necessidade de comunicação entre os países do bloco para abordar o panorama da situação do vírus em cada localidade e assim cogitar a diminuição de taxas para insumos médicos e farmacêuticos para importar na região. E por último, foi proposto uma reunião com membros do BID, CAF e Fonplata para analisar as medidas econômicas para enfrentar a pandemia em nível MERCOSUL, bem como medidas de implementação no âmbito da fronteira para dar assistência aos cidadãos dos quatro países que estão em trânsito.

Á partir desta reunião em que os representantes dos quatro países membros do Mercosul se reuniram de forma remota mediante a convocação da atual presidência do bloco, exercida pelo Paraguai, foi construída conjuntamente a Declaração dos presidentes do Mercosul sobre coordenação regional para a contenção e a mitigação do coronavírus¹⁸ e seu impacto, onde

¹⁶

<https://www.mercosur.int/pt-br/os-presidentes-da-regiao-acordam-medidas-para-combater-o-covid-19/>, acesso no dia 18/09/2020, às 17h24.

¹⁷

<https://www.mercosur.int/pt-br/mandatarios-do-mercossul-acordam-livre-transito-de-cargas-e-servicos-na-fronteira-para-manter-a-economia-regional/>, acesso no dia 18/09/2020, às 18h.

¹⁸

<https://www.mercosur.int/pt-br/os-presidentes-do-mercossul-acordam-medidas-contra-o-coronavirus/>, acesso dia 18/09/2020, às 18h40.

apresentam a vontade de: 1) Facilitar o retorno de cidadãos e residentes dos Estados Partes do MERCOSUL aos seus lugares de origem e residência, para o qual realizarão um intercâmbio periódico de listas de pessoas que tenham manifestado sua vontade de retornar. 2) Levar em consideração as especificidades próprias das comunidades residentes em áreas fronteiriças, no processo de desenho e de execução de medidas aplicáveis à circulação de bens, serviços e pessoas, de maneira a reduzir seu impacto nas referidas comunidades. 3) Notificar aos demais Estados Partes as medidas que tenham sido adotadas ou que serão adotadas em fronteira. Os Ministérios das Relações Exteriores poderão estabelecer um sistema de compilação, organização e difusão. 4) Identificar e promover a remoção de obstáculos que dificultem ou impeçam a circulação de bens e serviços e estudar medidas cuja adoção conduza à agilidade do trânsito e do transporte de insumos e produtos de primeira necessidade, incluídos os necessários para a alimentação, a higiene e o cuidado da saúde. 5) Avaliar a conveniência, a oportunidade e a possibilidade de reduzir tarifas aplicadas aos produtos e insumos destinados à prevenção de doenças e ao cuidado da saúde, no âmbito da emergência sanitária provocada pelo Covid-19. 6) Dispor que os Ministros das Relações Exteriores, Saúde, Interior/Segurança organizem reuniões virtuais setoriais periódicas, nas quais compartilharão informação, boas práticas e coordenarão ações em áreas de interesse comum. 7) Convocar organismos multilaterais de crédito, em particular o BID, a CAF e o FONPLATA para que avaliem, de forma conjunta, linhas de ação que contribuam para enfrentar eficazmente os desafios derivados do combate à propagação do coronavírus e suas consequências nos Estados Partes do MERCOSUL

4. CONCLUSÕES

4. CONCLUSÕES

No atual cenário globalizado, em que a necessidade de maior acumulação e concentração de riqueza dos países centrais causa o aumento da exploração nos países menos desenvolvidos e consequentemente a elevação da pobreza e oportunidades, as migrações tornam-se cada vez mais voluptuosas e constantes.

Para lidar com os desafios que surgiram com a globalização, determinadas regiões do globo optaram por integrar-se regionalmente e o modelo de integração regional adotado pela América do sul visa atender as necessidades dos Estados. A educação e consequentemente a questão da revalidação de diplomas do ensino superior tornaram-se então alvo de debates.

Os processos de integração regional na Europa iniciaram-se após a Segunda Guerra Mundial. Neste período os países europeus possuíam diversos problemas relacionados com o pós conflito, então com a finalidade de retomar a paz, reconstruir as economias destruídas e evitar a possibilidade de um novo conflito o que ficou conhecido como a questão alemã, devido ao receio dos países de que a Alemanha objetivasse novamente vingar-se dos vencedores da guerra que lhe impuseram suas condições, as nações optaram por integrar-se regionalmente. Na década de 70 esses processos se estagnaram mas voltaram com toda força na década de 90, em que com o Tratado de Maastricht deu formato ao que conhecemos hoje como União Europeia, então as teorias desenvolvidas para analisar a questão da integração foram desenvolvidas inicialmente por estudiosos que se debruçaram em compreender os processos ocorridos neste continente.

Já na América do Sul temos um quadro social demarcado pelo fato de que estamos localizados na periferia do sistema. Os processos de integração regional ocorrem em períodos históricos específicos em que há abertura no cenário internacional para tal, tornando-se vantajoso ora integrar-se regionalmente, ora realizar alianças estratégicas extracontinentais, de forma que dificulta-se uma solidificação destas associações.

A análise da integração regional como objeto de estudos iniciou-se após a Segunda Guerra mundial. Neste período os países europeus possuíam diversos problemas relacionados com o pós conflito, então com a finalidade de retomar a paz, reconstruir as economias destruídas e evitar a possibilidade de um novo conflito o que ficou conhecido como a questão alemã, devido ao receio dos países de que a Alemanha objetivasse novamente vingar-se dos vencedores da guerra que lhe impuseram suas condições, as nações optaram por integrar-se regionalmente. Então, em 1991 foi criado a Comunidade europeia do carvão e do aço (CECA) almejando que a integração desse estratégico setor pudesse alavancar as possibilidades de soluções das problemáticas mencionadas, estavam envolvidos neste projeto a França, a Alemanha, a Bélgica, Luxemburgo e Holanda.

Seguindo nesta mesma linha, em 1957 através do Tratado de Roma foi criada a Comunidade Europeia de energia atômica (EURATOM) e a Comunidade Económica Europeia (CEE). Os processo de integração europeu sofreu um estancamento nas décadas posteriores, entretanto em 1992 com o Tratado de Maastricht conformou-se a União Europeia (UE) com o formato que conhecemos hoje.

Segundo Perrota, (2010) posteriormente a realização prática dos processos de integração surgiu sua teorização. Discorreremos sobre as teorias que se desenvolveram com a finalidade de elucidar os processos ocorridos tanto na Europa como na América Latina.

Uma das correntes teóricas surgidas foi o neofuncionalismo. Esta teoria originou-se do funcionalismo, que foi uma corrente teórica que elucidou o surgimento das organizações internacionais do século XIX, sendo assim o neofuncionalismo recupera os pressupostos desta teoria almejando aclarar seus vazios. O principal autor desta teoria são David Mitrany em sua obra “Working peace system” (1966).

Paulo Vizzentini (2007) analisa os impulsos ao processo de integração da América Latina e Caribe que emanam da América do Sul, apresentando seus fundamentos e a perspectiva brasileira durante os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O período antecedente, pós ditadura militar e com o Consenso de Washington que acarretou o incremento de políticas neoliberais que resultaram em consequências negativas para a região. Desta forma, os países viram como alternativa a integrar-se regionalmente, e deixar de lado o ALCA. Novos blocos de integração regional surgiram no cone sul, são eles a Comunidade Andina de Nações e o Mercosul, visto que estes países visavam políticas mais autonomistas. No caso do Mercosul, este surgiu de uma aproximação entre o Brasil e a Argentina ocorrido na década de 80.

Com o final da Guerra Fria instalou-se uma Nova Ordem Mundial e o processo de globalização repercutiu negativamente na região sul. As revoluções científicas redesenharam o modelo de divisão internacional do trabalho aumentando a competitividade entre os países do globo.

O consenso de washington objetivava retirar os países da crise da década de 80 por meio de privatizações de empresas estatais, diminuição do poder econômico e social do Estado, equilíbrio fiscal, controle da inflação e abertura comercial, fazendo-os abandonar políticas nacionalistas e desenvolvimentistas. O resultado deste processo foi, segundo o autor, a queda da renda, degradação de padrões sociais, desemprego, recessão, desindustrialização e instabilidade financeira. Além disso, houve o questionamento e enfraquecimento da democracia enquanto projeto político.

O final da guerra fria teve consequências domésticas para os Estados Unidos no âmbito político e econômico, sendo assim sua política externa baseou-se em exprimir seu poderio através

dos organismos internacionais. Entre estas oscilações houve o aumento da multipolaridade nos polos europeu e asiático. Sendo assim os EUA buscaram se competitivos mediante aos acordos realizados com seus vizinhos: México e Canadá, em sua área de influência. O Canadá enquanto fornecedor de matérias primas, e o México, além deste mesmo papel, havia o interesse geopolítico dos Eua por conta da questão migratória e tráfico de drogas. Em trocas estes países se beneficiaram tendo acesso ao mercado americano.

Os processos de integração desenvolvidos na América do Sul no que tange a revalidação de títulos universitários e modelos de integração educativa surgem no período da década de 90. No caso do Mercosul temos um esforço em realizar a integração educacional quando é criado o Sistema Educacional Mercosul (SEM), e partir de então surgiram acordos visando a revalidação de títulos universitários, entretanto não há uma tentativa de uniformização das universidades, e existem diversas assimetrias em diferentes aspectos entre os países que compõem o bloco, além de que a educação tende a priorizar o desenvolvimento de soluções para os problemas locais ao invés de focar-se na competitividade.

Este panorama se reflete na questão da revalidação de diplomas, em que a soberania dos países e suas normativas internas em determinadas situações se contrapõem as tratativas estabelecidas por acordos internacionais, como no caso do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Acadêmicos para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL

No que se referem a questão da saúde, a partir das iniciativas mencionadas, pode-se dizer que os acordos e instituições desenvolvidas pelo Mercosul com a finalidade de harmonizar políticas públicas no tema da saúde estão em fase inicial. Sendo o Mercosul um bloco com ênfase em transformar a região em um mercado comum, podemos avaliar seu enfoque primeiramente comercial e detrimento de outros temas, que passam a ganhar notabilidade com o avanço dos anos e dos processos de integração. A discussão do tema na área de fronteiras é de acentuada relevância devido às dinâmicas locais em que o fluxo de pessoas as levam a buscar atendimento em diferentes países, muitas vezes de maneira informal, cabendo aos agentes locais fazerem o gerenciamento das atividades, sendo assim, a região fronteiriça tende a carecer mais de mecanismo de integração regional e cooperações internacionais, sendo a saúde somente um dos temas em que essa demanda existe. Nesse movimento, observamos vários obstáculos que estão envolvidos na questão. Existe um discurso maximalista em relação ao nível de integração em que se pretende alcançar no bloco, entretanto as instituições são frágeis e muitas possuem a competência de fazer recomendações e não de compelir os Estados Parte a acatarem as sugestões. O Mercosul não possui instituições supranacionais e definidoras de políticas públicas integradas, e desta forma é necessária a obtenção de consensos para a implementação das tratativas estabelecidas pelo bloco, e desta forma evidencia-se outra problemática que se trata das assimetrias e diferenças culturais e organizacionais

entre os países membros. Muitas dessas tratativas, não chegam a concretizar-se na realidade cotidiana daqueles que seriam impactados positivamente, sendo assim, aumenta-se a responsabilidade dos atores locais de fazê-las vigorar e fortalecer a cidadania nos espaços. No que se refere ao combate a pandemia, observamos em um primeiro momento o fechamento das fronteiras a falta de vontade política das administrações nacionais em estabelecer mecanismos de cooperação internacional no combate aos vírus, no caso do Brasil, por exemplo, nos anos do governo Lula o país demonstrou um protagonismo internacional no quesito cooperação na área da saúde, essa atuação ocorreu em fóruns multilaterais promovidos pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), na Organização Mundial da Saúde (OMS) e nos fóruns especializados como nas Reuniões de Ministros da Saúde do Conselho do Mercosul, acordos que convergiam com as diretrizes da política externa daquele período. As ações no momento atual são mínimas, dado a capacidade técnica dos recursos humanos alocados nas instituições nacionais.

1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CEPIK, Marco Aurelio Chaves; SOUSA, Romulo Paes de. A política externa brasileira e a cooperação internacional em saúde no começo do governo Lula. **Século XXI: revista de relações internacionais. Porto Alegre. Vol. 2, n. 1 (jan./jul. 2011), p. 109-134, 2011.**

COSTA, Olivier. A União Europeia e sua política exterior : história, instituições e processo de tomada de decisão. – **Brasília : FUNAG, 2017. Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.**

DAL PRÁ, Keli Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa; MIOTO, Regina Célia Tamaso. O desafio da integração social no MERCOSUL: uma discussão sobre a cidadania e o direito à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S164-S173, 2007.

DRAIBE, Sônia Miriam. Coesão social e integração regional: a agenda social do MERCOSUL e os grandes desafios das políticas sociais integradas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S174-S183, 2007.

FAGUNDES, Helenara Silveira; NOGUEIRA, Vera M^a Ribeiro; KREUTZ, Ineiva Terezinha. Políticas de saúde no Mercosul: relevância e funcionalidade da dimensão jurídico-norativa. **Argumentum**, v. 10, n. 1, p. 150-165, 2018.

GUIMARÃES, Luisa; GIOVANELLA, Ligia. Municípios brasileiros fronteiriços e MERCOSUL: características e iniciativas de cooperação em saúde. **Saúde em Debate**, v. 29, n. 71, p. 248-257, 2005.

<http://www.mercosul.gov.br/index.php/o-mercosul-na-vida-do-cidadao/estatuto-da-cidadania>, acessado em 01/10/2020.

<http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/resolutions/Res0605p.asp>, acessado no dia 13 de setembro de 2020.
https://normas.mercosur.int/simfiles/normativas/25847_DEC_003-1995_PT_Reuni%C3%A3o%20Ministro%20Sa%C3%BAde_At%C3%A1%201995.doc, acesso em 01/10/2020.

<https://www.mercosur.int/pt-br/acesso-a-dados-do-mercosul-social/>, acessado 01/10/2020.

<https://www.mercosur.int/pt-br/mandatarios-do-mercosul-acordam-livre-transito-de-cargas-e-servicos-na-fronteira-para-manter-a-economia-regional/>, acesso no dia 18/09/2020.

<https://www.mercosur.int/pt-br/os-presidentes-da-regiao-acordam-medidas-para-combater-o-covid-19/>, acesso no dia 18/09/2020.

<https://www.mercosur.int/pt-br/os-presidentes-da-regiao-acordam-medidas-para-combater-o-covid-19/>, acesso no dia 18/09/2020.

<https://www.mercosur.int/pt-br/os-presidentes-do-mercosul-acordam-medidas-contr-o-coronavirus/>, acesso dia 18/09/2020, às 18h40.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética. 2012.

PERROTTA, Daniela. La integración regional como objeto de estudio. De las teorías tradicionales a los enfoques actuales. **Relaciones Internacionales. Teorías y debates**, p. 197-252, 2013.

PINTO, L. F. S. As relações internacionais contemporâneas e a América Latina. In: SILVA, L.M. N. M., PINTO, L. F. S. & SOUZA, N. A. Relações internacionais do Brasil e integração latino-americana. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

QUEIROZ, Luisa Guimarães et al. **Integração econômica regional e políticas de saúde: União Européia e Mercosul**. 2007. Tese de Doutorado.

SCHMITTER, Philippe C. A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 9-44, 2010.